

**RÚBIA APARECIDA GRANJA**

**SÍNTESE HISTÓRICA ECONÔMICA DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO:  
DA ORIGEM AO GARGALO DO CRESCIMENTO**

**Monografia apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em  
Economia no Curso de Ciências Econômicas,  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Leonardo Jianoti**

**CURITIBA  
2006**

## TERMO DE APROVAÇÃO

RÚBIA APARECIDA GRANJA

### SÍNTESE HISTÓRICA ECONÔMICA DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO: DA ORIGEM AO GARGALO DO CRESCIMENTO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia no Curso de Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos seguintes professores:

Orientador:

  
Prof. Leonardo Jiahoti  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Prof. José Wladimir Freitas da Fonseca  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

  
Prof. Patrícia Rosentaski de Oliveira  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, 30 de novembro de 2006.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	iv
LISTA DE GRÁFICOS .....	v
LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE TABELAS .....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO.....	ix
INTRODUÇÃO .....	1
1 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO SEGURO.....	3
2 EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO: FASES INICIAIS.....	7
2.1 PRIMEIRA FASE: ORIGEM DO SEGURO NO BRASIL .....	7
2.2 SEGUNDA FASE: REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE SEGURADORA.....	9
2.3 TERCEIRA FASE: MUDANÇAS NO PERFIL DO MERCADO SECURITÁRIO...	13
3 PLANO REAL: INFLUENCIANDO E PROMOVENDO CRESCIMENTO .....	17
3.1 IDÉIAS NEOLIBERAIS NOS ANOS 90 .....	17
3.2 O PLANO REAL.....	20
3.2.1 As Fases e Resultados do Plano Real.....	21
3.2.2 Reformas Estruturais: Abertura de Mercado e as Privatizações.....	23
3.3 COMPORTAMENTO DO MERCADO SEGURADOR NESTE CONTEXTO .....	26
4 TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS .....	40
4.1 GARGALO DO CRESCIMENTO DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO.	40
4.2 DEMAIS TENDÊNCIAS.....	45
4.2.1 Aumento na Demanda por Previdência Privada.....	45
4.2.2 Maior Diversificação na Oferta de Seguros.....	46
4.2.3 Avanço Tecnológico .....	46
CONCLUSÃO .....	48
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXO .....	53

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	13
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DO MERCADO SEGURADOR NO PIB BRASILEIRO.....	31
GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NOS PRÊMIOS DO MERCADO SEGURADOR.....	33

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE SEGUROS DE VIDA.....	27
QUADRO 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE SEGUROS DE SAÚDE.....	28
QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE SEGUROS GERAIS .....	28
QUADRO 4 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE SEGUROS GERAIS (NOVOS AGRUPAMENTOS) .....	29
QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO.....	30

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO NO MERCADO SEGURADOR.....	34
TABELA 2 – CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO (DEFLACIONADO).....	35
TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO MERCADO SEGURADOR POR GRUPOS .....	35
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO MERCADO SEGURADOR.....	37
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DEFLACIONADO).....	37

## LISTA DE SIGLAS

ANATEL	- Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	- Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANS	- Agência Nacional de Saúde
BACEN	- Banco Central do Brasil
CNSP	- Conselho Nacional de Seguros Privados
DNSPC	- Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização
DPVAT	- Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores em Vias Terrestres
FENASEG	- Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização
FESR	- Fundo de Estabilidade do Seguro Rural
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNENSEG	- Fundação Escola Nacional de Seguros
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	- Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRB	- Instituto Ressegurador Brasileiro
PIB	- Produto Interno Bruto
SUSEP	- Superintendência de Seguros Privados
URV	- Unidade Real de Valor



## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo entender a evolução do mercado segurador brasileiro sob um ponto de vista histórico econômico, analisar os acontecimentos de acordo com o tempo e conjuntura em que se encontrava, facilitando assim sua compreensão. Para isto, procurou-se o caminho mais adequado: primeiro, investigar sua origem no mundo, depois contextualizá-lo apresentando suas principais características e elementos. Para então analisar como adentra e se desenvolve no Brasil, bem como, de que forma ocorre a incorporação dos agentes, crescente regulação e o papel do Estado na sua história. Posteriormente, como reage diante do dinamismo e globalização financeira dos anos 90, principalmente frente às mudanças econômicas e políticas do país. Tal análise possibilita entender a evolução e crescimento do mercado segurador neste período. Além de embasar a análise de suas tendências e perspectivas para o futuro.

## INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por infortúnios e perdas num ambiente de constantes imprevistos, incertezas e mudanças. A busca pela segurança e estabilidade faz as pessoas se organizarem em grupos de mutualismo, e conseqüente num mercado de seguros. Desde o começo de sua história, vários mecanismos, produtos foram criados e introduzidos neste mercado. Bem como, leis e instituições públicas e privadas, com a finalidade de coordenar e conduzir este mercado. Conforme se caracterizava, muitos agentes passam a incorporá-lo. Nos anos 90 ocorreu sua maior expansão, promovida pelo contexto resultante da implantação do Plano Real: globalização financeira, reformas e estancamento do processo inflacionário. As mudanças deste período configuraram novo perfil ao mercado e inseriram sementes que ainda estão brotando.

Assim, este trabalho visa apresentar como o mercado segurador, sob uma perspectiva histórica econômica, foi construído. O fato de traçar uma linha evolutiva acompanhando os acontecimentos, além de ampliar a visão do presente possibilitando vislumbrar as perspectivas futuras, procura diferenciar-se do demais trabalhos existentes sobre este assunto.

Diante do crescimento do mercado segurador brasileiro na última década, atingindo maior relevância no cenário nacional, constata-se que alguns impulsos do período ainda estão por se concretizar. Principalmente no que se refere ao papel do estado. Seja na abertura total do mercado incluindo o ressegurador, como a dificuldade de manter a previdência social e assistência à saúde, o que abre espaço para o setor privado, ou seja, para seguradoras. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar como o mercado de seguros nacional chegou a este cenário, através do estudo de sua história.

Desta forma, seguem os objetivos que serão perseguidos por este trabalho.

Objetivo geral é apresentar a evolução deste mercado. Ou seja, o que levou a população a se organizar num mercado de mutualismo, isto é, sua origem no mundo e como chega ao Brasil, e, a partir disto, como se desenvolve, estrutura e evolui culminando em algumas tendências iminentes.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) A partir da sua transformação em atividade econômica, estudar os elementos, fundamentos e características básicas do seguro e quem são os agentes deste mercado;
- b) Analisar a expansão deste mercado a partir da globalização mundial e crescimento econômico do país nos anos 90;
- c) Apresentar como sua história configura suas tendências e perspectivas.

Com relação à metodologia utilizada, diante da escassez de trabalhos bibliográficos e acadêmicos relativos ao tema, a pesquisa contemplou principalmente fontes secundárias como, sites, revistas e periódicos, sob análise e seleção do conteúdo de acordo com a estrutura do presente trabalho, utilizando as idéias dos diversos agentes do setor.

No primeiro capítulo, procura-se entender a origem do seguro no mundo, seus princípios básicos e como se constitui num mercado e, portanto, em atividade econômica. A partir de então se procura entender seus fundamentos e agentes participantes, bem como a crescente regulamentação.

No segundo capítulo, procura-se apresentar como o mercado segurador surge no Brasil e a importância que vai adquirindo ao longo da sua evolução. Desde suas regulações, incorporação de agentes até mudanças estruturais e a fundamental participação do Estado.

No terceiro analisa-se o comportamento do mercado segurador durante o período do plano Real. Procura-se apresentar as possíveis ligações entre as idéias neoliberais e o plano Real para entender de que maneira o contexto do período e, principalmente suas reformas repercutiram no mercado segurador.

No quarto capítulo, procura-se visualizar e analisar como as mudanças ocorridas nos anos 90 embasam as principais tendências deste mercado, principalmente ao denominado gargalo do crescimento, ou seja, o destino do resseguro no Brasil.

## 1 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO SEGURO

A história da humanidade é marcada por infortúnios de todos os tipos e pela capacidade de reação da população diante dos acontecimentos. Catástrofes naturais como tempestades, desabamentos, naufrágios, incêndios, acidentes do mais diversos, causam perdas fatais e patrimoniais irreparáveis. Neste ambiente de imprevistos, incertezas e constantes mudanças, há uma busca constante pela segurança e estabilidade.

O objetivo deste capítulo é justamente entender a origem do seguro e conceituar suas características e elementos, antes de explorar a formação e evolução do mercado segurador brasileiro.

Estudos da FENASEG (2006) apontam a dificuldade de identificar as origens do seguro. Os registros mais antigos indicam a prática da mutualidade (grupo que se organiza para ajuda mútua) 2.250 anos antes de Cristo. Os povos nômades da Ásia Ocidental e do Egito formavam caravanas para suas viagens, que é uma forma mutualística de amparar o companheiro de viagem. Posteriormente, os viajantes marítimos passaram a ratear suas perdas também.

Trabalhos realizados pela HSBC SEGUROS (2005) consolidam as idéias da semente que origina o seguro surgir a partir deste contexto e embasada no princípio do mutualismo, que é o alicerce de toda a operação de seguros. O mutualismo constitui a formação de um grupo, onde cada integrante participa com uma contribuição particular. O intuito é constituir um total de recursos que ficará disponível para proteção de todos, sendo utilizado quando um membro for vítima de um infortúnio. É através deste princípio que as seguradoras assumem e distribuem o risco, amenizando os prejuízos que todos teriam diante de uma eventualidade. Ao contratar um seguro, o agente paga um valor (denominado prêmio) à seguradora que é somado ao pagamento de outros agentes. A seguradora administra este total destinado a proteção de riscos ao patrimônio, vida e saúde.

Os primeiros seguros que surgiram no mundo:

- Seguro Marítimo em 1347 em Gênova, Itália, devido à expansão do comércio marítimo;
- Seguro Incêndio em Londres em 1667, ano sucessor ao grande incêndio que dizimou milhares de casas na Inglaterra, e;

- Seguro de Vida surgiu entre os Ingleses e Franceses no período de guerras.

De acordo com BETHENCOURT (2002), o primeiro contrato, a formalização escrita de um seguro, foi realizado em Portugal no século XVIII, através da Casa de Seguros de Lisboa. Na época, essa organização ainda não possuía características de companhia, funcionava como administradora de seguros entre particulares. Mais tarde viria a se tornar a primeira companhia de seguros do mundo, sendo o impulso para o nascimento do mercado segurador brasileiro.

Quando o seguro chega ao Brasil já está caracterizado como seguro, então, partir deste ponto, é imprescindível conceituar o seguro, suas características e elementos antes de explorar a construção do mercado segurador brasileiro.

A finalidade do seguro está implícita em sua origem, conforme apresentado anteriormente. Os agentes buscam proteção quanto à incerteza do futuro, buscam minimizar suas perdas através de um equilíbrio coletivo. Resta então, definirmos o termo “seguro” de acordo com as entidades que atuam neste mercado. A FUNENSEG<sup>1</sup> apresenta a seguinte definição de seguro:

“Contrato pelo qual uma das partes se obriga, mediante cobrança de prêmio, a indenizar a outra pela ocorrência de determinados eventos ou por eventuais prejuízos. É a proteção econômica que o indivíduo busca para prevenir-se contra necessidade aleatória. É uma operação pela qual, mediante o pagamento da remuneração adequada, uma pessoa se faz prometer para si ou para outrem, no caso da efetivação de um evento determinado, uma prestação de uma terceira pessoa, o segurador que, assumindo o conjunto de eventos determinados, os compensa de acordo com as leis da estatística e o princípio do mutualismo. É a compensação dos efeitos do acaso pela mutualidade organizada segundo as leis da estatística. O contrato de seguro é aleatório, bilateral, oneroso, solene e da mais estrita boa-fé, e é essencial, para a sua formação, a existência de segurado, segurador, risco, objeto do seguro, prêmio (prestação do segurado) e indenização (prestação do segurador)”.

Conforme citação acima, para efetivação de um seguro, é necessário a existência e definição de cinco elementos: risco, segurado, segurador, prêmio e indenização.

O risco refere-se à possibilidade de um evento ocorrer ou não, e, quando. Os seguros estão divididos conforme a natureza do risco que estão sujeitos,

---

<sup>1</sup> FUNENSEG. **Dicionário de Seguros.** Disponível em: <[http://www.funenseg.org.br/dicionario\\_seguros.php](http://www.funenseg.org.br/dicionario_seguros.php)>. Acesso em: 20 jun. 2006.

denomina-se “ramo de seguro”, como: vida, patrimonial, automóvel e outros. Quando o risco se concretiza, o evento é denominado “sinistro” e será pago ao segurado, ou seja, indenizado pela seguradora conforme valor estipulado no contrato de seguro.

Segundo MARTINS (2000), a população procura o seguro por três razões principais: previdência, incerteza e mutualismo, que são denominadas características do seguro.

As características do seguro são:

- a) *Previdência* é a idéia de resguardo, de proteção do futuro, de preservar o patrimônio construído através de esforços no decorrer da vida;
- b) *Incerteza* é a imprevisibilidade do acontecimento no sentido de que ele pode ocorrer ou não e quando. No caso do seguro de vida, a morte é certa, mas não sabemos quando;
- c) *Mutualismo*, conforme abordado anteriormente, é a união de esforços e participações particulares na constituição de um grupo com o interesse comum de proteger e minimizar os prejuízos. Nesta parte do capítulo, que traz uma discussão mais técnica inerente ao mercado segurador, é relevante comentar a abordagem sobre mutualismo apresentada por FIGUEIREDO (1997). Para reduzir o risco individual, o seguro agrupa diversos indivíduos expostos ao mesmo risco com a finalidade de estimar a probabilidade do risco se concretizar e distribuir os custos que suportem possíveis perdas entre todos os indivíduos do grupo. O cálculo de probabilidade é uma análise estatística da ocorrência de um evento dentro um grupo num determinado período, permitindo observar a regularidade de um evento. Este é o conceito da “Lei dos Grandes Números”, onde a combinação do risco individual reduz o risco total. As seguradoras observam a ocorrência de determinado evento dentro uma grande amostra, o que permite a precificação da contribuição de cada indivíduo para garantir a cobertura dos eventos do grupo. Pois, se sabe, que dentro de uma amostra, um determinado evento acontece com certa frequência, mas não é possível prever exatamente com qual indivíduo acontecerá.

O mercado segurador é regido por contratos, denominados apólices ou bilhetes. As condições e obrigações, tanto do segurado como da seguradora, estão estipuladas nos contratos de seguro, que possui características próprias. Em linhas gerais, a maioria dos livros, como MARTINS (2000) e FIGUEIREDO (1997), definem as características de modo semelhante:

- Aleatório, pois o objetivo do contrato tem acontecimento incerto;
- Bilateral no sentido de criar obrigações entre as duas partes: segurado e seguradora;
- Oneroso, pois há despesas para ambas as partes e, dentro das devidas proporções, uma das partes terá maiores despesas;
- Boa-fé que impõe honestidade recíproca das partes que celebram o contrato em todos os momentos, desde antes da sua efetivação, até o encerramento do mesmo;
- Solene por ser um ato formal e previsto na lei, que enfatiza a máxima boa-fé entre as partes;
- De adesão, embora não seja citado por todos os autores, para MARTINS (2000) há predominância de uma das partes. No caso, a seguradora tem algumas condições gerais pré-estabelecidas, cabendo ao segurado aceitá-las, ou simplesmente não concretizar o contrato. Há também as condições particulares, que podem ser inclusas ou não no contrato. Quando o indivíduo faz o seguro de automóvel do seu veículo, protege-o de acidentes e roubos. Além disto, tem a opção de pagar um valor adicional para se prevenir de acidentes que envolvam outros indivíduos, assim a seguradora se responsabilizará também pelos prejuízos do terceiro, quando o acidente é provocado pelo seu segurado.

Resta ressaltar que, numa classificação geral, há dois grandes grupos:

- Seguros Sociais, que são ofertados e administrados pelo Estado através da Previdência Social, como: assistência médica, aposentadoria, pensão, acidentes de trabalho;
- Seguros Privados, que são ofertados e administrados por empresas privadas com crescente diversificação de produtos oferecidos.

## **2 EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO: FASES INICIAIS**

A semente do mercado segurador brasileiro também tem sua origem no princípio do mutualismo. No entanto, a caracterização como uma atividade econômica e regulamentada acontece mais rapidamente, pois recebe influência direta do mercado segurador português, que além de ser o primeiro a se constituir formalmente no mundo, estava em estágio avançado na época da colonização brasileira.

A primeira fase durou um pouco mais de cem anos. Iniciou com a vinda de Dom João VI e a abertura dos portos, o que insere os primeiros conceitos de seguro no Brasil com traços da tradição portuguesa. A maioria dos autores descreve-a como um período de predominância das organizações estrangeiras, que repassavam seus lucros livremente para o exterior, as nacionais não tinham representatividade. A segunda fase é marcada pela crescente regulamentação da atividade seguradora. Enquanto a terceira fase se caracteriza pelas mudanças no perfil do mercado securitário, que posteriormente recebe influências da implantação do plano Real e toda globalização predominante dos anos 90.

### **2.1 PRIMEIRA FASE: ORIGEM DO SEGURO NO BRASIL**

A maioria dos autores traz um pouco da história do mercado segurador em seus escritos, mas costumam variar o enfoque de acordo com a área que pretendem abordar, seja jurídica, política, econômica ou simplesmente histórica.

No Brasil, as formas de mutualismo originaram-se no século XVI com os padres jesuítas, dentre quais, o mais conhecido foi José de Anchieta. Os padres promoviam formas de assistência e socorro mútuo nos povoados em que viviam.

Os primeiros indícios de regulamentações das atividades econômicas brasileiras, entre elas, a regulamentação da atividade seguradora, surgem ainda na época de colônia portuguesa, no começo do século XIX, com a vinda de Dom João VI e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal.

Neste período, a Casa de Seguros de Lisboa já se enquadrava como Companhia de Seguros, sendo a primeira do mundo. O país, que já herdava traços da comercialização portuguesa, recebeu influência direta também na criação de sua



primeira companhia. A Seguradora Boa Fé foi autorizada a funcionar em 1808 como estatal, na então capital da colônia, Salvador. Explorava apenas os seguros marítimos e funcionava de acordo com as determinações da Casa de Seguros portuguesa.

Ainda durante o império, muitas seguradoras estrangeiras instalam-se no país, inclusive em outras regiões, como o Rio de Janeiro.

Após a proclamação da independência, em 1828, nasce a *Sociedade Brasileira de Seguros Mútuos Brasileiros*, com a inovação da “franquia”. A partir disso, as seguradoras indenizariam o evento que ultrapassasse 5% do valor segurado.

O Estado percebe a necessidade de criar sistemas de fiscalização sobre as relações comerciais securitárias, de forma que proteja as partes e principalmente regulamente os tributos. Este fato impulsiona a criação da *Procuradoria de Seguros das Províncias Imperiais* em 1831, embasada nas leis portuguesas.

Somente em 1850 é promulgado o Código Comercial Brasileiro, que contemplou regulamentações nacionais para o seguro marítimo. Embora não tenha abrangido outros ramos, os seguros terrestres e de vida aparecem na seqüência. As seguradoras, *Interesse Público (1853)* voltado para os seguros terrestres e *Tranqüilidade (1855)* destinada ao seguro de vida, conseguem então aprovar seus estatutos.

As primeiras obrigações legais e específicas ao mercado segurador brasileiro despontam em 1860, com a exigência de apresentação de balanços e documentos para as companhias nacionais. A preocupação com mais rigor foi crescente e bem explorada por FIGUEIREDO (1997). A partir de então, novas regras e leis são implementadas, bem como, estendidas às seguradoras estrangeiras que operavam no país. O reforço vem em 1901, com a criação do primeiro órgão oficial fiscalizador, a *Superintendência Geral de Seguros* vinculada ao Ministério da Fazenda através do *Regulamento Murinho*.

No entanto, as empresas estrangeiras manifestaram descontentamento e conseguiram reformulações em 1903. Extinguiu-se o órgão recém criado e fundaram a *Inspetoria de Seguros*, voltando a beneficiar o repasse livre de recursos para as matrizes no exterior. O país viu-se prejudicado.

A promulgação do Código Civil Brasileiro em 1916 estruturou as atividades securitárias de forma legal e mais consistente. Decretos posteriores intensificaram a regulamentação das operações de seguros.

Após a crise de 29, ocorre a Revolução de 1930 e as políticas do Estado Novo, as quais visavam o fortalecimento das empresas nacionais. Assim sendo, as estrangeiras tiveram seus privilégios reduzidos devido ao clima de protecionismo.

## 2.2 SEGUNDA FASE: REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE SEGURADORA

Ao passo que a sociedade brasileira foi se organizando e demandando seguros, coube ao Estado estruturar e fiscalizar tais operações. O período do Estado Novo instaura um ambiente propício para o fortalecimento das seguradoras brasileiras e evolução significativa da atividade no país.

GRANEIRO (1992) cita a criação do órgão que antecede a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), o DNSPC – *Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização* em 1934. Reflexo das medidas legislativas tomadas no governo de Getúlio Vargas para coordenar o país.

O marco do impulso para segunda fase descrito por GALIZA (1997), é criação do IRB - *Instituto de Resseguros do Brasil em 1939*, que é até hoje o único ressegurador<sup>2</sup> país. Dentro do espírito nacionalista do período, objetivava-se regular e incentivar o mercado brasileiro e, principalmente, protegê-lo das empresas internacionais que agiam livremente.

Inicialmente, os esforços foram concentrados no seguro de Incêndio, pois representava 75% do total. Devido à fase desenvolvimentista e criação da base industrial.

O governo vislumbrava a possibilidade de reter mais negócios na economia interna com a criação da entidade, além de captar mais poupança interna. A FENASEG (2005) esclarece que as seguradoras precisam manter reservas financeiras para possíveis pagamentos de indenizações durante a vigência do contrato. Essa reserva é aplicada em títulos do governo, entre outros investimentos.

---

<sup>2</sup> Ressegurador é a empresa que faz o resseguro. De forma simplificada, pode-se dizer que o resseguro é o seguro do seguro, mas o assunto será mais bem explorado a frente.

As reservas são ainda mais atrativas no caso de contrato de resseguro, pois possuem maiores valores.

As principais atribuições do IRB são regular o cosseguro, resseguro e retrocessão, que são formas de transferências de risco entre seguradoras permitindo equilíbrio econômico. A SUSEP (2006) conceitua estas atribuições:

- Cosseguro é a participação de uma ou mais seguradoras em um seguro, de forma que uma das delas é responsável pela apólice e a(s) outra(s) tem percentual de participação no prêmio, e no caso de indenização será proporcional. Juridicamente, há uma relação direta entre o segurado e as cosseguradoras, podendo ele recusar alguma empresa;
- Resseguro é uma operação mais complexa, mas, numa definição simplificada pode-se dizer que é o seguro do seguro. A lei estabelece que as companhias de seguros têm um limite de valor para aceitação de risco, pois é necessário garantir a estabilidade econômica da empresa. Ultrapassando esta cota, o IRB (único ressegurador do país) participa da apólice de forma indireta. A responsabilidade na administração da apólice é exclusiva da seguradora que efetua todas as transações para posteriormente repassar prêmio, ou solicitar reembolso no caso de indenização. Ao contrário do cosseguro, o segurado não tem ligação jurídica com a resseguradora;
- Retrocessão é operação de resseguro realizada pelo ressegurador, que oferece parte das responsabilidades por ele aceita para o mercado segurador nacional, pulverizando o risco. Ou seja, é o resseguro do resseguro. No caso de exceder os limites do mercado interno, o repasse é feito a resseguradores no exterior.

Sendo único ressegurador do país, confere-se a estrutura de monopólio. Para a teoria microeconômica, conforme definição de SANDRONI (2004), o monopólio puro é um tipo de concorrência raro na atualidade capitalista, onde apenas uma empresa oferta determinado produto ou serviço não havendo possibilidade de substituição. Para o caso brasileiro de resseguro, a legislação vigente não permite a entrada de outras empresas neste mercado, o IRB é o único a operar e servir nesta área.

O recém criado IRB trazia medidas para fortalecer a indústria nacional de seguros. Determinou que as seguradoras teriam um limite para retenção de risco e repassariam o excedente ao resseguro, que redistribuiria ao mercado segurador, conseguindo um equilíbrio no mercado nacional. GALIZA (1997) expõe que de fato, o protecionismo no país e as facilidades operacionais, aumentaram as oportunidades para surgimento de novas empresas e melhorou a concorrência com as estrangeiras. No entanto, aponta um lado pejorativo das primeiras três décadas de surgimento do IRB. Muitos perceberam a possibilidade de obter rentabilidade operando com resseguro e baixo custo operacional, em casos mais extremos, somente com resseguro em função da redistribuição do excedente. Então surgiram empresas sem a devida capacitação técnica. O crescimento no número de seguradoras saltou de uma média de 74 no período de 1905-1935, para a média de 143 empresas no período de 1935-1970.

Em 1951 é criada a FENASEG (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização) para unir os sindicatos destas empresas em prol do desenvolvimento ordenado do mercado e dos profissionais que nele atuam.

CAVALEIRO NETO (2004) aponta outro lado negativo do período. Destaca o fato do caráter centralizador do IRB ter ultrapassado os objetivos iniciais, culminando num exagero fiscalizador que inibiu a livre concorrência entre as empresas seguradoras.

Em 1966, novo decreto-lei institui a estrutura do *Sistema Nacional de Seguros Privados* com a finalidade de coordenar o mercado segurador e, para CAVALEIRO NETO (2004), corrigir a anomalia institucional que ocorria no IRB. As atividades de capitalização e previdência foram regulamentadas em 1967 e passaram a integrar o sistema, a partir de então denominado *Sistema Nacional de Seguros Privados e de Capitalização* com a seguinte composição:

- Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), órgão responsável por estabelecer as normas da política de seguros privados no país composto pelo Ministro da Fazenda, Superintendente da Susep e representantes do Ministério da Justiça, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários;
- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), substituição ao DNSPC, com a função de controladoria e fiscalização da constituição e

funcionamento das sociedades seguradoras, capitalização e previdência que operam no Brasil, bem como de corretores. Com isto tem a característica de defender o interesse dos segurados;

- Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), único órgão ressegurador do país. Atualmente denominado IRB-Brasil RE, sendo uma sociedade anônima de responsabilidade do governo e do mercado segurador. Isto é, uma sociedade de economia mista entre ambos, cada qual participando com 50% do capital;
- Sociedades autorizadas a operar em seguros privados: sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e sociedades de previdência;
- Corretores<sup>3</sup> habilitados a intermediar a comercialização de seguros entre segurados e seguradoras. De acordo com a legislação é obrigatório o intermédio de uma corretora de seguros, podendo ser pessoa física ou jurídica.

As funções e definições das sociedades de capitalização e previdência, de acordo com GRANEIRO e MOURA (1992), devem ser apresentadas:

- Sociedades de capitalização comercializam “título de capitalização” que é uma associação de poupança e loteria, com as características de: carência, correção monetária, sorteio e participação nos lucros;
- Sociedades de previdência tem por finalidade oferecer planos de previdência privados complementares ou semelhantes à previdência pública, como opção à população. Subdivididas em “fechada” e “aberta”, sendo as primeiras referentes a planos empresariais destinados ao empregado. A lei determina que não há fins lucrativos neste caso e há supervisão da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério do Trabalho. Enquanto os planos de previdência privada aberta, são justamente, abertos a toda população com supervisão da Susep.

A estrutura conferida ao mercado segurador neste período, embora as primeiras referências como parte integrante do Sistema Financeiro Nacional ocorram

---

<sup>3</sup> O corretor de seguros foi reconhecido como profissão em 1964.

somente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é mantida na sua essência até o presente conforme descrito na Figura 1.

FIGURA 1 – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

ÓRGÃOS NORMATIVOS	Conselho Monetário Nacional - CMN		Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP		Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC
ENTIDADES SUPERVISORAS	Banco Central do Brasil - Bacen	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Superintendência de Seguros Privados - Susep	IRB-Brasil Resseguros	Secretaria de Previdência Complementar - SPC
OPERADORES	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Bolsas de mercadorias e futuros	Sociedades seguradoras		Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)
	Demais instituições financeiras	Bolsas de valores	Sociedades de capitalização		
	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros		Entidades abertas de previdência complementar		

FONTE: BACEN

NOTA: Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 10 mai. 2006.

## 2.3 TERCEIRA FASE: MUDANÇAS NO PERFIL DO MERCADO SECURITÁRIO

Os estudos apresentados por GALIZA (1997), caracterizam mudanças no perfil do mercado securitário brasileiro que indicam nova fase no começo dos anos 70. O artigo de BOTALLO (1981) expõe três características principais:

- Ampliação do “portfolio”, ou seja, diversificação de produtos ofertados em função da maior demanda, frente ao crescimento econômico do período;
- Aumento da concentração empresarial nas atividades seguradoras. Impulsionado pelo Estado através de medidas legais que possibilitavam redução de custos e ganhos de escala para empresas maiores, portanto era incentivo para a fusão de companhias. O governo objetivava reduzir e inibir o surgimento de novas empresas sem o devido preparo técnico;
- Penetração de bancos comerciais na produção e comercialização de seguros. O mercado segurador se torna atrativo aos bancos comerciais, que deixam de apenas cobrar seguros e passam a explorar esta atividade visando lucros. Alguns bancos trabalham a negociação direta de seguros através de convênios com seguradoras, outros se posicionam

mais agressivamente comprando empresas de seguros e formando conglomerados financeiros.

A necessidade de ensino, especialização e aperfeiçoamento técnico em seguros são motivos para criação da FUNENSEG – Fundação Escola Nacional de Seguros em 1971.

Conforme explanado anteriormente, adotou-se medidas para reduzir e inibir o surgimento de seguradoras no país sem o devido preparo técnico. Tais medidas se mostraram eficazes, diminuindo de 157 em 1970 para 95 em 1976. No início da década de 80 havia 93 companhias no Brasil.

GALIZA (1997) cita críticas à entrada dos bancos na comercialização de seguros, como a baixa capacidade técnica das agências bancárias em trabalhar com seguros e concorrência desleal na vendas, uma vez que aproveitam os serviços bancários e produtos que oferecem para vender o seguro. O descontentamento partiu principalmente de companhia de seguros e corretores independentes. No entanto, o autor argumenta que o movimento desta fase foi positivo, considera que empresas maiores representam solidez e risco de insolvência reduzido. Conclui que é difícil avaliar até que ponto seria possível inibir este acontecimento e que, diante do fato consumado, o mais importante é analisar e aprimorar a estratégia econômica a partir da ótica do consumidor, que busca o melhor serviço em todos os aspectos possíveis.

A década de 80 é marcada por diversos planos econômicos lançados pelo governo, altas inflacionárias, períodos com congelamento de preços e muita instabilidade. O consumidor se deparava com remarcações de preços diárias, enquanto os salários não acompanhavam a inflação. De forma que muitos agentes consideravam o seguro como bem supérfluo.

Segundo CAVALEIRO NETO (2004), com a criação da SUSEP e as atribuições que recebeu, foi possível, frente à situação financeira do país de instabilidade inflacionária, permitir a indexação de contratos que pudessem ser corrigidos futuramente. Vale mencionar que, neste período, a SUSEP já tinha conseguido amenizar os reflexos centralizadores do IRB, provocando uma gradual redução da rigidez e diversificação de produtos oferecidos.

GALIZA (1997) comenta as altas inflacionárias da década de 80, enfatizando a queda nos resultados operacionais das seguradoras em virtude das elevadas taxas de juros do período. Embora exista um viés de mão dupla entre a necessidade de ofertar seguros a preços menores, e a contrapartida de maior retorno nos resultados financeiros da empresa, os resultados finais apresentaram queda de rentabilidade. Essa situação só foi amenizada com a medida de indexação de contratos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi a primeira a fazer referências ao Sistema Nacional de Seguros Privados como parte do Sistema Financeiro Nacional. CAVALEIRO NETO (2004) destaca que o seguro passa a ser considerado mais que um simples contrato, um viés para investimentos. No entanto as referências foram menos abrangentes que o esperado.

As sociedades seguradoras unem-se através da FENASEG para consolidar algumas reivindicações e, em 1992, publicam a Carta de Brasília. Esse ato que promoveu a junção de esforços do IRB, Susep e Secretaria de Política Econômica para lançarem o *Plano Diretor do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar*. CAVALEIRO NETO (2004) expõe que, de modo geral, solicitaram maior apoio do governo e espaço para expansão, ou seja, certa desregulamentação para criação de novos produtos, desestatização do Seguro de Acidentes do Trabalho e, principalmente a redução gradual dos poderes do IRB.

Ao final deste período é possível observar alterações no perfil de seguros demandados pela população, de acordo com os estudos de GALIZA (1997). O ramo automóvel chega a primeira colocação nas vendas, posição que ocupa até os dias atuais. Em 1973 representava 19% no total das vendas de seguros no país e salta para 35% de participação em 1993. Outro ramo que merece destaque é seguro saúde. A precariedade do sistema público de saúde promoveu maior demanda por planos médicos privados, a ponto de muitas prestadoras de serviços se transformarem em seguradoras posteriormente. O ramo saúde aumentou sua participação no PIB em 350 vezes num espaço de quinze anos, sendo que, de 1986 para 1992, subiu de 0,030% para 0,166%.

Um dos principais indicadores de crescimento do mercado segurador neste período é expresso pela maior participação no PIB do país, subiu de 0,98% em 1986 para 1,20% em 1992.



Embora a participação do mercado securitário no PIB tenha crescido, apontava GALIZA (1997), havia uma vasta base passível de exploração.

Pode-se dizer que ele estava correto em sua afirmação, pois os próximos anos são marcados pelo cenário configurado com a implantação do plano Real, que, além de influenciar fortemente no mercado segurador, contribui para crescimento do mesmo como veremos a seguir.

### 3 PLANO REAL: INFLUENCIANDO E PROMOVENDO CRESCIMENTO

A década que antecedeu o Plano Real foi marcada por alguns entraves à expansão do mercado segurador. Estagnação da economia nacional com inflação elevada e PIB próximo a zero, somado ao fato da regulamentação estatal ter ainda inibido maior competição. Além disso, o interesse populacional por seguros estava abaixo das pretensões das empresas.

Para Bresser-Pereira, a crise brasileira originava-se numa crise do Estado, especialmente relacionado aos problemas fiscais. O modelo de substituição de importações havia chegado a exaustão, o governo perdeu a credibilidade com planos frustrados, culminando na necessidade de adotar outra estratégia de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 1994, p. 114).

O começo dos anos 90 trazia um mundo cada vez mais capitalista, com a iminente globalização das economias e mercados, tendendo para desestatização, desregulamentação e competitividade. Dessa forma, as decisões políticas de cada nação tendiam para este sentido também, ou seja, visavam a integração mundial e abertura das economias. O Estado precisava de reformas, e no Brasil, o governo presidencial de Fernando Collor de Mello já apresentava tais indícios.

Mas é com o planejamento e implantação do Plano Real que este contexto de globalização mundial toma força no Brasil. O cenário econômico que se desenvolveu na seqüência, possibilitou e conferiu mudanças nas características do Mercado Segurador Brasileiro que permanecem até o presente ou continuam evoluindo. Um bom exemplo de assunto em evolução, é a quebra do monopólio ressegurador que teve suas primeiras discussões nesta fase e entende-se até hoje, configurando umas das principais tendências do mercado.

É importante reforçar que as idéias e mudanças deste período não só impactaram o mercado segurador, como o redirecionaram e, principalmente, embasaram as principais tendências para o mercado na atualidade. Portanto é relevante contextualizar este período para analisar o mercado segurador, ainda que de forma modesta frente às dimensões do mesmo.

#### 3.1 IDÉIAS NEOLIBERAIS NOS ANOS 90

As idéias neoliberais carecem ser comentadas em virtude das discussões contrastantes sobre embasarem ou não o Plano Real, especialmente no que se refere ao papel do Estado e à fase das reformas que refletiram na indústria de seguros.

O tema é alvo de muitos debates e estudos, como para ALMEIDA (2002), quando expõe o tema como um corte na história econômica brasileira. Em suma, o período antecessor é representado pelas políticas e práticas que se conheciam: restrições comerciais e protecionismo. Por outro lado, as políticas e práticas que emergem com o Plano Real, diferente do que já se praticava, é denominado por muitos autores como neoliberal. Entre elas, abertura do mercado nacional, privatizações, quebra de monopólios estatais. É relevante registrar a dificuldade a diagnosticar uma teoria pura, aplicada no Brasil, diante da abrangência do tema.

As idéias sobre a dificuldade de precisar a teoria neoliberal são compartilhadas pela Professora Sônia Draibe (DRAIBE, 1994, p. 86). Argumenta que não constitui um corpo teórico próprio de forma a diferenciá-lo de outros pensadores, o que contribui para que coexistam diferentes neoliberais e gerar um conjunto heterogêneo de conceitos. De um modo geral, inspira-se nas idéias liberais introduzindo algumas novidades sobre o papel do Estado.

O neoliberalismo, como o próprio nome diz, é um novo liberalismo. Adam Smith é um dos principais defensores do liberalismo econômico, argumentava que em condições de livre concorrência, os indivíduos tomam decisões de acordo com o próprio interesse e que o mercado, por si só, se auto-regula. Com isto, introduz o conceito da “mão invisível” do mercado e, não vendo necessidade na participação do Estado, é contrário a qualquer tipo de intervenção.

Segundo conceituado em SANDRONI (2004), os neoliberais concordam em grande parte com as premissas liberais. Discutem o papel do Estado e também são contrários as propriedades estatais, bem como, a participação direta do mesmo no mercado. Mas em parte, defendem a necessidade do Estado disciplinar a economia para garantir a sobrevivência da mesma. Consideram que é preciso conduzir políticas para regular, fiscalizar, bem como, evitar os excessos da concorrência. Alguns partidários acreditam ainda, que o Estado poderia atuar em serviços básicos como segurança, saúde, educação e algum envolvimento com infra-estrutura, mas sem visar lucros.

Retomando a discussão apresentada por Sônia Draibe (DRAIBE, 1994, p. 86), o ponto que contribui para diferentes pensamentos neoliberais é justamente quanto ao papel que o Estado deve desempenhar numa atuação indireta, a qual denominam “Estado mínimo”. Divergem sobre uma combinação de atribuições como, controle de gastos sociais, implemento de políticas que sustentem o crescimento e ou elevem a competitividade, modernização de estruturas, políticas de desenvolvimento e incentivo tecnológico.

Conforme apresentado em SANDRONI (2004), ao passo que o capitalismo moderno evolui, surgem novos adeptos do neoliberalismo que utilizam e aplicam o termo em direções mais específicas. Como a necessidade do Estado proteger as pequenas empresas e controlar o poder dos monopólios no ambiente concorrencial.

SANDRONI (2004) expõe que o termo neoliberal vem sendo utilizado e aplicado aos defensores: da livre concorrência, da abertura da economia, do fim do intervencionismo estatal, das privatizações de empresas e serviços públicos.

No entanto, tais concepções do que realmente seria o neoliberalismo e se ele esteve por trás do Plano Real, são severamente criticadas por alguns autores, como é o caso de Luiz Carlos Bresser-Pereira<sup>4</sup>. Em declaração à Folha de São Paulo e de acordo com seu artigo “Reformas econômicas em tempos anormais” (BRESSER-PEREIRA, 1994, p. 114), é taxativo em dizer que existe profundo desconhecimento do que seja o neoliberalismo e por isto, o termo tem sido usado de forma inadequada, principalmente no que se refere ao Plano Real.

Para Bresser-Pereira, o neoliberalismo é oportuno em colocar o papel do Estado em pauta e criticar o aumento descontrolado do mesmo. Por outro lado, é conservador ao objetivar o Estado Mínimo e defender livre concorrência como auto-reguladora do mercado.

A estratégia de desenvolvimento brasileiro através de substituição de importações estava esgotada e a capacidade do Estado desempenhar suas funções políticas e econômicas estava desacreditada. Tais combinações geraram uma profunda crise de Estado, resultando em elevadas taxas de inflação e estagnação econômica. Segundo Bresser-Pereira, muitos criticam o excesso de intervenção estatal e relacionam com as idéias neoliberais, advogando a favor da retirada do

---

<sup>4</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Consenso de Atraso. São Paulo, Folha de São Paulo, 17 de jul. 1994.

Estado do plano econômico. Comenta, no entanto, que a raiz do problema não está no excesso, mas na ação ineficiente do mesmo. Argumenta que uma redução de poderes distorcidos pode ser bem vinda, mas ao contrário dos neoliberais, o país precisa mesmo é de um governo forte e atuante sobre as forças do mercado, pois o mercado não é capaz de resolver todos os seus problemas.

Bresser-Pereira explica ainda, que pelo fato da crise brasileira ser uma crise do Estado, o Plano Real teve como objetivo central reconstruir e fortalecer o Estado através da reconstrução de suas finanças, recuperação da estabilidade econômica e redefinição de estratégias de intervenção ao mercado. Conclui sintetizando que, se fossem idéias neoliberais proporiam o defendido Estado mínimo e deixariam as forças do mercado agirem por si só. Afirma que tais medidas são estruturalistas oriundas da teoria neo-estruturalista da inércia inflacionária. Para ele, é o plano mais completo que o Brasil já possui, sua abrangência se entende a diversas áreas e foi muito além das idéias neoliberais.

Diante das divergentes correntes de pensamentos sobre o próprio termo neoliberal e, se de fato as idéias neoliberais estavam por trás do Plano Real, é tarefa difícil comprovar e assumir um vertente neste estudo. No entanto, restam evidentes algumas identidades entre as teorias neoliberais e políticas adotadas no Plano Real como as discussões sobre o papel do estado e competitividade.

Se por um lado abandonou a participação direta em áreas estratégicas e abriu a economia para o exterior possibilitando aumento de competitividade no mercado, por outro estabeleceu regras para disciplinar tais mudanças. Assuntos que veremos a seguir.

Outra evidência é que por envolver diversas áreas e pela dimensão que tomou, realmente foi um plano grandioso pela abrangência, o que justifica as divergentes linhas de pensamento.

### 3.2 O PLANO REAL

O Plano Real foi planejado para ser implementado em longo prazo e em fases distintas, embora suas medidas tivessem integração e reflexos entre si, conforme veremos a seguir.

### 3.2.1 As Fases e Resultados do Plano Real

Os estudos de OLIVEIRA (1996) apontam a complexidade de elaborar um plano de estabilização para o Brasil, em função do histórico inflacionário e problemas fiscais. Cenário agravado pelas tentativas de planos fracassados. No entanto as experiências anteriores serviram de aprendizado. Para que o plano fosse promissor, deveria ser planejado para longo prazo e com fases distintas. O autor descreve quatro fases do Plano Real, embora esclareça que as fases não são lineares, pois suas medidas têm integração e reflexos entre si.

A primeira fase seria destinada a equilibrar as contas públicas através de um ajuste fiscal. Num primeiro momento as medidas seriam emergenciais ainda em 1993, mas os esforços continuariam acompanhando as demais fases.

A fase seguinte compreende o sistema monetário, com a finalidade de possibilitar a transição de um sistema inflacionário para estável. Em 1994, foi criada a URV e o ponto central era estabelecer uma referência de valor que possibilitasse a comparação de preços. A URV foi uma unidade de conta que vigorou por quatro meses, tempo previsto para adaptação nacional. Desta forma os produtos e contratos passaram a ser indexados em URV.

A transformação da URV em Real ocorreu quatro meses depois e caracterizou o início da terceira fase. Desde então, a nova moeda assumiu papel integral: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor estável. No entanto, a fase é considerada extremamente complexa por envolver o fortalecimento das instituições monetárias.

Para que as medidas destas fases vigerassem era necessário uma quarta fase, a realização de reformas estruturais no país que garantissem o bom funcionamento do plano. Começaram dentro do governo Itamar Franco, mas ganharam força mesmo no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995. As reformas abrangiam a Constituição, Poder Judiciário, Previdência, Reforma Fiscal e as Privatizações Estatais.

Outra importante medida das reformas foi acelerar a abertura de mercado objetivando aumento de competitividade através de reduções nas barreiras tarifárias e não tarifárias como a eliminação de quotas comerciais. A legislação passou a

favorecer os fluxos de capital. Fato que simbolizou forte enquadramento no processo de globalização.

A globalização financeira atingiu o mercado brasileiro rapidamente, especialmente a área bancária. Primeiro em função da chegada de grandes empresas estrangeiras ao país com a abertura do mercado, e na seqüência pela tecnologia que trouxeram. As transformações repercutiram no mercado financeiro como um todo e resultaram em pontos positivos como maior entrada de capitais no país. Cresceram a competitividade e a eficiência de serviços, enfatizando a modernização e uma onda de investimentos em tecnologia (REVISTA APÓLICE, jul. 2006, p. 6-15).

A maioria dos autores concorda que as taxas de inflação foram reduzidas e mantidas devido a um choque de concorrência. Em outras palavras, os formuladores do plano consideravam que a economia fechada fomentava a inflação, então defenderam um aumento de concorrência através da abertura comercial e ancoragem cambial para promover a almejada estabilidade.

E de fato, o plano alcançou as metas iniciais: controlou a inflação, criou a imagem de moeda forte, o Banco Central assegurou o câmbio e manteve o país com significativa liquidez até 1997. O cenário positivo atraiu capital estrangeiro.

No entanto, também gerou problemas na economia nacional, como desequilíbrio na balança comercial e, conseqüentemente, crescente déficit em transações correntes. Até então o déficit estava sendo amenizado, principalmente pela atração de capital externo em função da alta taxa de juros interna, que realmente gerou resultados positivos - a economia acumulou quantidades significativas de reservas internacionais entre 1994 e 1998.

Por outro lado, o juro alto inibe os investimentos internos, o que impactou diretamente no setor produtivo, diminuiu o ritmo do crescimento econômico e elevou o desemprego. Ainda, resultados apresentados em 1998 indicavam aumento da dívida pública.

Em 1999 houve o ataque especulativo contra o Real, obrigando o Banco Central a adotar o regime de câmbio flexível com intervenção, culminando na desvalorização da moeda brasileira. Até então o instrumento que assegurava a inflação era o regime de bandas cambiais. O resultado favorável com a

desvalorização do Real foi à recuperação gradual da balança comercial, uma vez que os produtos brasileiros se baratearam frente ao dólar.

Foi criado outro mecanismo de controle inflacionário: as metas de inflação estabelecem as ações da política monetária nacional com a finalidade de controlar a inflação através da fixação da taxa de juros básica. Este instrumento confere transparências nas ações do BACEN, de forma que os agentes, tanto nacionais como internacionais, sabem dos objetivos monetários do país e podem tomar decisões com mais segurança.

Em linhas gerais, pode se considerar que a inflação está sob certa estabilidade desde 1999, embora as metas nem sempre seja atingidas. O controle da inflação e o crescimento da economia são condições necessárias para o desenvolvimento econômico do país, no entanto, o PIB brasileiro tem se verificado inferior ao pretendido.

As medidas do Plano Real, em sua maioria continuam em vigor e algumas foram ajustadas de acordo com a conjuntura mundial. O ponto de maior deficiência ainda é o equilíbrio fiscal, que carece de continuidade de reformas.

Em suma, a implantação do Plano Real preconizava atingir estabilidade monetária com imagem de moeda forte através da indexação informal da economia, reformas do Estado aliadas a políticas fiscais e monetárias. Utilizou instrumentos como controle do câmbio, taxa de juros atrativa para atrair capital estrangeiro e reformas regulatórias, estruturais e administrativas.

### 3.2.2 Reformas Estruturais: Abertura de Mercado e as Privatizações

Para melhor compreender as mudanças ocorridas no mercado segurador, em função da implantação do Plano Real, faz se necessário aprofundar o entendimento sobre as reformas estruturais: abertura de mercado, privatizações e quebra de monopólio.

De acordo com OLIVEIRA (1996), diferente dos planos anteriores, o Real não contemplava uma política de preço. No entanto, era imprescindível algum tipo de coordenação neste sentido, para assegurar o sucesso do programa de estabilização e das reformas que viriam. Reformas que anunciavam a finalidade de financiar e garantir o desenvolvimento do plano.



A estrutura brasileira tinha alta concentração econômica e, naquele momento, previa a abertura da economia já num contexto de globalização. Estes fatores trouxeram em pauta a necessidade de operacionalizar uma legislação antitruste e, a Lei Antitruste 8.884 foi instituída em 1994, semelhante à de outros países, com a finalidade de evitar abusos de empresas que tivessem domínio de mercado e preservar concorrência. Definiram-se regras contra os preços abusivos tanto para setores privados com elevada concentração, como para preços e tarifas públicas das empresas estatais.

Num segundo momento, tornava-se imprescindível aperfeiçoá-la para atender as futuras mudanças. Numa economia aberta há a iminências de fusões e aquisições de empresas. Além da necessidade de preparar os setores e empresas domésticas para abertura da economia, especialmente os monopólios, que passam a participar de um mercado mundial e concorrer com empresas estrangeiras.

E é nesta linha de pensamento, que o governo autoriza a exploração da internet para fins comerciais (REVISTA APÓLICE, jul. 2006, p. 6-15).

Diante das novas adequações, o Estado fez se manteve como produtor de bens e serviços nas quais considerou essencial. Nas demais, exerceu a responsabilidade de legislar e regular garantido o bom funcionamento do mercado.

O pronunciamento sobre as privatizações, do então Ministro do Planejamento e Orçamento, José Serra, discutiu os principais tópicos do assunto. Também denominado de “Programa de Desestatização”, o programa foi instituído em 1990, mas ganhou força mesmo com o Plano Real. Ele entra em vigor para reforçar o ajuste fiscal de forma duradoura, reduzir a dívida pública, atrair investimentos externos, além de ser utilizado com um instrumento de política industrial.

Os estudos de BOTELHO (2002), vão de encontro às opiniões apresentadas por Bresser-Pereira, tanto quanto aos motivos que originaram a crise brasileira, como as formas que o Estado busca para se reconstruir. Enfatiza ainda, o impacto da crescente globalização mundial. Sua explanação destaca como componente importante deste processo, a reforma regulatória envolvendo: privatizações e quebra de monopólio estatal, novas regulações, bem como estabelecimento de agentes reguladores autônomos, além de conselhos industriais setoriais.

O “Programa de Desestatização Brasileiro”, no qual o governo transfere ao setor privado o controle acionário de suas empresas, é considerado tardio se comparado a outros países. Os países buscam retirar o Estado do setor produtivo, arrecadar receitas com as vendas, diminuir os gastos do governo com a administração das referidas empresas, ou ainda atrair investimentos privados para os setores que passam por privatizações (ANDREZO e LIMA, 1999).

O governo definiu distintas formas e graus de atuação segundo cada setor, que também funcionou como instrumento de política, estruturando e orientando. Além disto, tinham a missão de defender a competição e o consumidor (BOTELHO, 2002).

De acordo com as publicações da SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO, o programa de privatização brasileira transcorreu através de vendas das participações do Governo Federal nas empresas estatais e privadas, tanto em produtos como serviços. Realizadas em leilões, elas englobam tanto participações parciais como totais para o caso dos monopólios.

Os setores que tiveram privatizações foram os mais diversos: siderúrgico, fertilizantes, mineração, petroquímico, energia elétrica, aço, transportes, telecomunicações e instituições financeiras. O IRB – Instituto de Resseguros do Brasil foi incluso no programa em 1997, no entanto, a ação não foi concretizada.

As conclusões do governo sobre as privatizações apontam que:

- Os valores arrecadados com as privatizações foram satisfatórios contribuindo significativamente para reduzir a dívida pública. Além do mais, o passado demonstra que programas de desenvolvimento onde o estado investiu em infra-estrutura oneraram os gastos públicos, chegando a crises fiscais. Fato que evidencia a importância da participação do capital privado para financiar o crescimento;
- Elevou a competitividade e eficiência das empresas privadas, refletindo diretamente no preço e movimentando os setores envolvidos, bem como, as regiões onde tais empresas se localizavam. Aprovou-se a participação do capital estrangeiro em até 100%, acirrando o clima de concorrência. Diante da competitividade as empresas precisaram se aperfeiçoar e melhorar a qualidade de seus serviços. O cenário indicava fortalecimento dos setores;

- Houve adequação de funções, onde o governo abandona o papel de Estado-empresa e mantém sua função primordial de Estado regulador e fiscalizador;
- Benefícios indiretos como aumento na arrecadação de impostos, preocupação com o meio ambiente, crescimento da produtividade e empregos indiretos surgiam decorrente das privatizações.

Alguns exemplos concretos dos bons resultados atingidos e defendidos pelo governo no processo de desestatização merecem destaque:

- O setor siderúrgico apresentou incremento de produção, de produtividade e no volume de exportações;
- Investimentos de grande porte no setor de transporte ferroviário, fato que não acontecia há duas décadas. Destaque para construção da FERRONORTE;
- Investimentos nas rodovias federais melhorando a sinalização, recuperação de trechos precários, instalação de postos de assistência médica emergencial, entre outros. Destaque para BR 116;
- Popularização de telefones fixos e celulares em função de preços mais acessíveis para linhas e tarifas, bem como melhoria da cobertura.

Segundo BOTELHO (2002), se por um lado à privatização em setores como telecomunicações, energia elétrica e petróleo desfizeram importantes centros de pesquisa e desenvolvimento, também criou agências reguladoras setoriais como ANATEL, ANEEL e ANP, respectivamente. Tais surgimentos impulsionaram novas áreas de pesquisa e desenvolvimento, contribuindo para inovação e aperfeiçoamento de produtos e serviços, bem como, aceleraram a modernização tecnológica. Aliado a abertura da economia que atraiu grandes empresas, formaram um conjunto para elevar a competitividade interna e externa.

### 3.3 COMPORTAMENTO DO MERCADO SEGURADOR NESTE CONTEXTO

O Plano Real trouxe estabilização monetária e junto com as reformas, abertura da economia ao exterior, funcionou como imã atraindo empresas estrangeiras. Instaura-se um clima de maior competitividade, animando o setor de seguros com a possibilidade de crescimento da economia e como conseqüência, do próprio setor.

O mercado segurador vislumbra diversos papéis diante do processo de globalização, CONTADOR (1998) destaca a diversificação de riscos e meios que possibilitem tal feito, bem como, o aumento na participação de funções, outrora, específicas do estado, como nas áreas de saúde, vida e previdência.

Do prisma do consumidor, enfatiza o crescimento econômico e o controle da inflação como fatores determinantes na demanda de seguros. O plano demonstrou sucesso, conferindo confiança aos consumidores e, principalmente, aumento do poder aquisitivo. Houve uma explosão de consumo de um modo geral o que inclui a demanda por seguros.

A demanda por seguros aumenta ao ponto que, a necessidade de diversificar os riscos e ampliar as opções de oferta, são condições básicas para expansão do setor. Os dados da FENASEG, conforme os Quadros 1, 2, 3, 4 e 5 demonstram a crescente diversificação e amplitude do risco. Em 1994 o agrupamento básico de seguros era dividido em “Vida” e “Não-vida”, enquanto atualmente, há três segmentos: Pessoas, Danos e Saúde.

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE SEGUROS DE VIDA

CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 1994	CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 2004
<b>VIDA</b>	<b>SEGMENTO PESSOAS</b>
Vida Grupo/ Acidentes Pessoais Coletivo	GRUPO VIDA/ PESSOAS
Vida em Grupo	Prestamista
Vida Individual	Seguro Educacional
	Renda de Eventos Aleatórios
	Vida Individual
	Vida Gerador Benefício L Individual
	Vida em Grupo
	Vida Gerador Benefício L Coletivo
	Vida Grupo/ Acidentes Pessoais Coletivo
<b>NÃO VIDA</b>	<b>GRUPO ACIDENTES PESSOAS</b>
<b>ACIDENTES PESSOAIS</b>	Perda de Certificado de Habilitação de Vôo (PCHV)
	Turístico
	Acidentes Pessoais - Individual
	Acidentes Pessoais - Coletivo

FONTE: Fenaseg

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

O ramo de saúde passou a ser ofertado para empresas como “Saúde Grupai” conforme Quadro 2.

QUADRO 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE SEGUROS DE SAÚDE

CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 1994	CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 2004
NÃO-VIDA	SEGMENTO SAÚDE
SAÚDE	Saúde Individual Saúde Grupai

FONTE: Fenaseg

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

As maiores diferenças encontram-se no agrupamento de ramos do Quadro 3 e 4, anteriormente denominados “Não-vida”, são designados como “Segmento de Danos”. O Quadro 3 apresenta ramos novos dentro de grupos já existentes.

QUADRO 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE SEGUROS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 1994	CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 2004
NÃO-VIDA	SEGMENTO DE DANOS
AUTOMÓVEL	GRUPO AUTOMÓVEL Acidentes Pessoais de Passageiros Resp. Civil Terr. Rod. Interestadual e Internacional Garantia Estendida/Mecânica Carta Verde Automóveis Resp. Civil do Transp. Viagens Internacionais Resp. Civil Facultativa
DPVAT	GRUPO DPVAT DPVAT Convênio (Categorias 1, 2, 9 e 10) DPVAT (Categorias 3 e 4)
TRANSPORTES	GRUPO TRANSPORTES
Transporte Intermodal	Transporte Nacional
Transporte Internacional	Transporte Internacional
Transporte Nacional	Resp. Civil do Transp. Intermodal Resp. Civil do Transp. Viagem Internac. Carga Resp. Civil do Transp. Ferroviário Carga Resp. Civil do Transp. Aéreo Carga Resp. Civil Transportador Rodoviário - Carga Resp. Civil Desvio de Carga Resp. Civil Armador Resp. Civil Operação Transp. Multimodal
HABITACIONAL	GRUPO HABITACIONAL Habitacional - Sistema Financeiro Habitacional Habitacional - Fora do Sist. Financ. Habitacional

FONTE: Fenaseg

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

O Quadro 4 demonstra alteração e criação de novos agrupamentos.

QUADRO 4 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE SEGUROS GERAIS (NOVOS AGRUPAMENTOS)

CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 1994	CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 2004
NÃO-VIDA	SEGMENTO DE DANOS
INCÊNDIO	GRUPO PATRIMONIAL
RISCOS DIVERSOS	Incêndio Tradicional
DEMAIS	Incêndio - Bilhetes
Aeronáuticos	Vidros
Animais	Compreensivo Residencial
Cascos Marítimos	Roubo
Compreensivo de Florestas	Compreensivo Condomínio
Crédito à Exportação	Tumultos
Crédito Inteno	Compreensivo Empresarial
Danos Pessoais Causado por Embarcação Marítima	Lucros Cessantes
Fiança Locatícia	Lucros Cessantes Cobertura Simples
Fidelidade	Fidelidade
Garantia	Riscos de Engenharia
Global de Bancos	Riscos Diversos
Lucros Cessantes	Global de Bancos
Perda de Certificado de Habilitação de Vôo (PCHV)	Riscos Diversos - Planos Conjugados
Penhor Rural	Riscos Nomeados e Operacionais
Resp. Civil Transportador Rodovia	GRUPO RISCOS FINANCEIROS
Resp. Civil Armador	Garantia Financeira
Resp. Civil Desvio de Carga	Garantia de Obrigações Privadas
Resp. Civil do Transp. Aéreo Carga	Garantia de Obrigações Públicas
Resp. Civil do Transp. Viagens Int	Fiança Locatícia
Responsabilidade Civil Geral	Garantia de Concessões Públicas
Responsabilidade Civil Hangar	Garantia Judicial
Riscos de Engenharia	Garantia
Riscos de Petróleo	GRUPO CRÉDITO
Riscos do Exterior	Crédito à Exportação Risco Comercial
Riscos Nucleares	Crédito Interno
Riscos Rurais	Crédito à Exportação
Roubo	Crédito à Exportação Risco Político
Satélites	Crédito Doméstico Risco Comercial
Sucursais no Exterior	Crédito Doméstico Risco Pessoa Física
Tumultos	GRUPO RESPONSABILIDADES
Turísticos	Resp. Civil de Administração e Diretores
Vidros	Resp. Civil Geral
	Resp. Civil Profissional
	GRUPO CASCOS
	Marítimos
	Aeronáuticos
	Responsabilidade Civil Hangar
	Danos Pessoais Causado Embarcação Marítima
	Aeronáuticos - Bilhetes
	GRUPO RURAL
	Seguro Agrícola, com e sem cobertura do FESR
	Seguro Pecuário, com e sem cobertura do FESR
	Seguro Aquícola, com e sem cobertura do FESR
	Seguro Florestas, com e sem cobertura do FESR
	Seguro Cédula do Produto Rural
	Benfeitorias e Produtos Agropecuários

	Penhor Rural Instituição Financeira Privada
	Penhor Rural Instituição Financeira Pública
	Animais
	Compreensivo Florestas
	<b>GRUPO RISCOS ESPECIAIS</b>
	Riscos de Petróleo
	Riscos Nucleares
	Satélites
	<b>GRUPO OUTROS SEGUROS</b>
	Seguros no Exterior
	Sucursais no Exterior

FONTE: Fenaseg

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Previdência e Capitalização permanecem como grupos específicos, de acordo com a Quadro 5.

#### QUADRO 5 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS DE PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 1994	CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS EM 2004
PREVIDÊNCIA PRIVADA	PREVIDÊNCIA PRIVADA
CAPITALIZAÇÃO	CAPITALIZAÇÃO

FONTE: Fenaseg

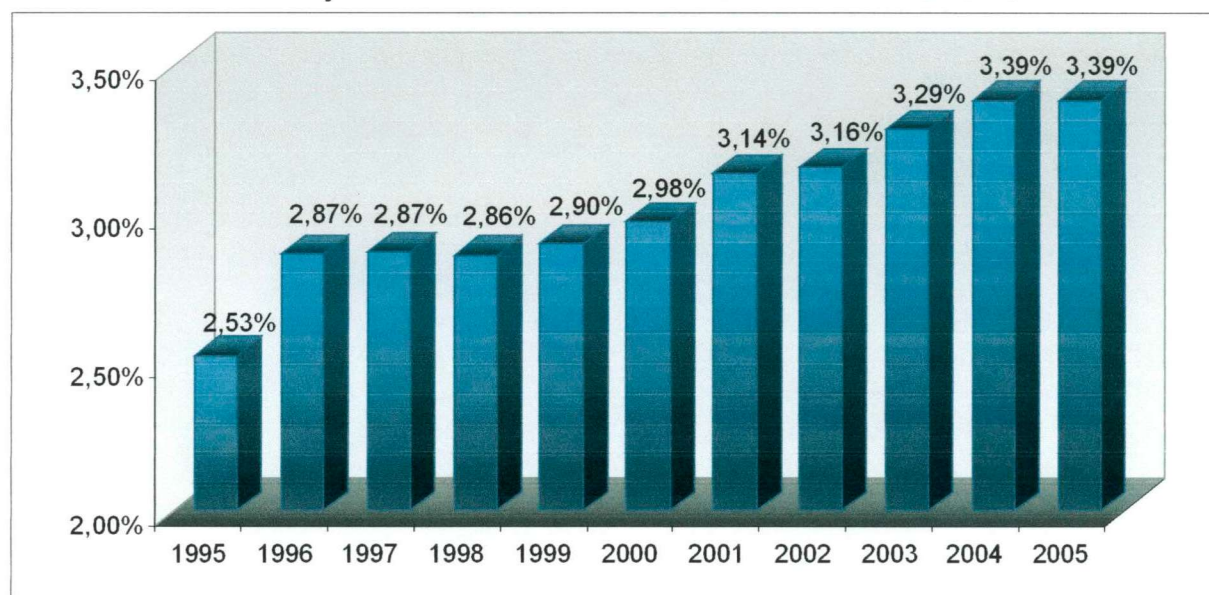
NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A precisão de remodelar a gama de produtos oferecidos é prática constante nas atividades securitárias, acompanhando as necessidades da população. O mundo globalizado confere tamanha dinâmica e incerteza, que a criação de novos produtos, até mesmo peculiares, mais do que ser uma forte tendência é ilimitada. Ou melhor, limitada pela imaginação do homem e, logicamente analisada pelos profissionais do mercado que, conforme apresentado no Capítulo 1, avaliam o risco e, se de acordo, precificam.

De acordo com a FENASEG (1999), a intensidade que a cultura de seguros foi semeada entre a população é claramente expressa na participação dos prêmios de seguros no PIB nacional. O percentual pífio abaixo de 1% na década de 80 é ultrapassado no começo dos anos 90, mas o salto mesmo vem a partir de 1995, demonstrado no Gráfico 1.

O Gráfico 1 demonstra o crescimento da participação do mercado segurador no PIB, o que indica maior representatividade deste setor na economia do país.

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DO MERCADO SEGURADOR NO PIB BRASILEIRO



FONTE: Fenaseg, Susep, IRB e IBGE.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Para o presidente da Fenaseg, João Elisio Ferraz de Campos, a indústria de seguros soube aproveitar as oportunidades geradas com o plano de estabilização, superar os desafios, alcançando grandes avanços.

Destaca a capacidade do mercado, de rápida adequação ao ambiente de inflação controlada, enfatizando a agilidade na reestruturação operacional que possibilitou lançamento de novos produtos. As empresas investiram em treinamento pessoal, equipamentos, sistemas de informática e comunicação, processos para ganhar agilidade e redução de custo. Controle preventivo contra fraudes. Órgãos como a FUNENSEG e FENASEG destacam-se na orientação e desenvolvimento do mercado.

Assim como as indústrias que sofreram reformas no Plano Real tiveram planos e políticas setoriais, O *Plano Setorial da Indústria de Seguros* foi lançado em 1994. Conforme FENASEG<sup>5</sup>, a confecção do plano foi baseada em profunda análise da real situação do mercado (denominada “raio-x”) e nas solicitações feitas na *Carta de Brasília* e no *Plano Diretor do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar*.

<sup>5</sup> FENASEG. **História do Seguro**. Disponível em: <<http://www.fenaseg.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2006.



Tudo isto resultou em medidas que marcaram a história do seguros em 1996: autorização para entrada de empresas estrangeiras no mercado brasileiro e os primeiros passos para quebra do monopólio ressegurador.

FARIA (2005) aponta a maior autonomia das seguradoras para criação de produtos como incentivador de diversificação, pedido que foi aprovado através do plano acima.

O IRB foi transformado em sociedade por ações em 1997, 50% do estado e 50% do mercado segurador e incluído no Programa de Desestatização do Plano Real. No entanto, FARIA (2005) expõe que a previsão de dois anos para o IRB estar apto para operar num mercado de resseguros aberto se prolonga até hoje por falta de regulamentação. Que teve como principal razão a grande oposição encontrada, principalmente se comparado às mudanças realizadas nas áreas de telecomunicações, petróleo e energia durante as reformas do Plano Real. Assim mantém as características de estatal monopolista que serão aprofundadas no próximo capítulo.

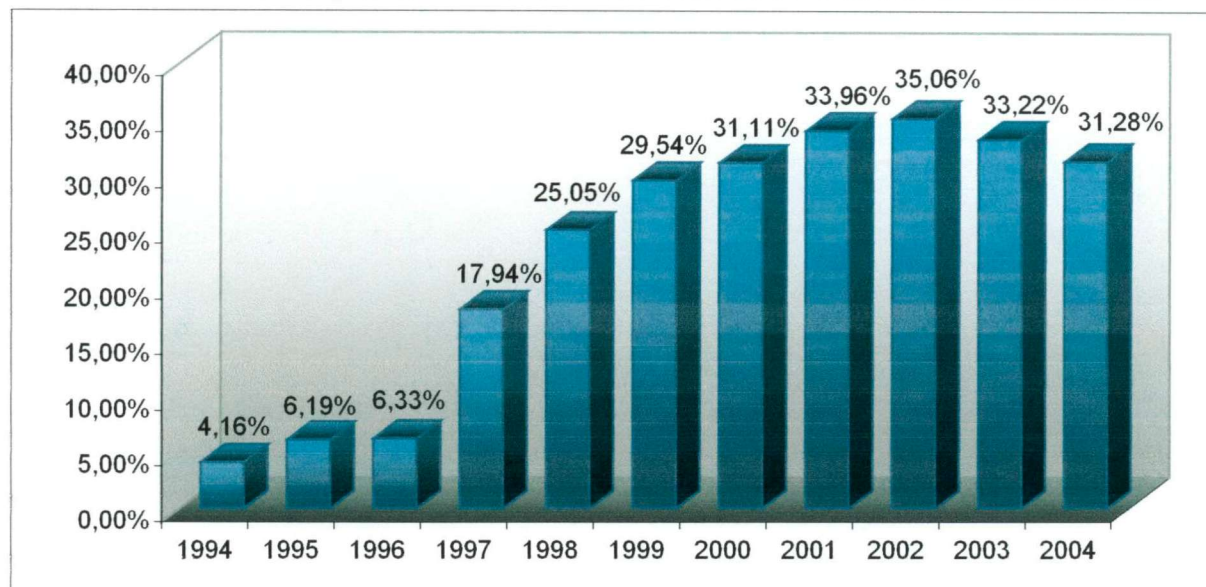
O parecer em 1996, que revogou a resolução do CNSP, a qual proibia a participação das companhias de seguros estrangeiras, ocasionou a abertura do mercado segurador brasileiro, reflexo da globalização dos mercados mundiais. O quadro econômico do país colaborou para que o resultado fosse imediato, atraindo o capital estrangeiro. GALIZA (1997) enfatiza o aumento da produção de seguros, especialmente nos conglomerados financeiros, que se tornavam cada vez mais freqüentes com fusões e aquisições de empresas: 28% dos prêmios emitidos pertenciam a estes em 1973. A participação cresce para 67% em 1994.

Mais de 20 empresas se instalaram ainda em 1996. A partir de 1997 se nota o crescente aumento de fusões entre empresas nacionais e estrangeiras. Pois, para as empresas de fora, era vantajoso aproveitar instalações já constituídas, física por reduzir custos e estrutural, por já possuir um gama de clientes, além da rede de serviços já existente.

Com isto, ocorre a ascendente representatividade de capital estrangeiro nos prêmios do mercado nacional, conforme Gráfico 2. O salto em 1996, de 6,33% para 17,94% em 1997, mostra o rápido reflexo da abertura da economia atraindo capitais internacionais. Os países que mais investiram no Brasil foram: Estados Unidos,

Holanda, França e Espanha, os quais continuam ocupando as quatro primeiras posições em 2004.

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NOS PRÊMIOS DO MERCADO SEGURADOR



FONTE: Susep e Fenaseg

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A presença de seguradoras ligadas a bancos, conglomerados financeiros e presença de companhias internacionais são traço marcante da atual indústria de seguros no Brasil, de acordo com pesquisa realizada pela Moody's Investors Service em 2006.

O aumento de participação dos bancos e formação de conglomerados financeiros contribui para modernização do setor, especialmente com as tecnologias que trouxeram. Com a novidade da internet, as seguradoras melhoram sua capacidade de divulgar produtos e passam a pensar em comércio eletrônico a partir de 1997 - prática já utilizada em outros países. Como vender apólice de seguro através internet possuía limitações por ser um produto abstrato, os ganhos vieram em oferecer serviços. As operações entre seguradoras e corretores, como enviar uma apólice de seguros ou avisar a ocorrência de um sinistro, ganharam agilidade e redução de custo. Os segurados têm informações com maior comodidade, consultas a listas médicas ou oficinas próximas (REVISTA APÓLICE, jul. 2006, p. 6-15).

O impulso de tecnologia e comunicação originado com as reformas do estado, privatização, abertura do mercado, chegam à indústria de seguros

principalmente a partir dos bancos e das estrangeiras. Num segundo momento, as companhias começam a elaborar estratégias e investir em tecnologia voltada para as operações de seguros. As estratégias são as mais diversas, o surgimento, muitas vezes é isolado numa seguradora, mas conforme a pratica dá certo, se dissemina rapidamente entre as demais. Surgem os sistemas de informação, as centrais telefônicas para agilizar o atendimento, principalmente na ocorrência de um sinistro. As análises e liberações de sinistros ganham eficiência com digitalização de imagens. A modernização da indústria de seguros ainda é um vasto campo a ser explorada, principalmente os serviços via internet como será apresentado no próximo capítulo.

O novo cenário do mercado segurador é traduzido na evolução crescente das arrecadações anuais. As Tabelas 1, 3 e 4 apresentam os valores correntes, ou seja nominais. Enquanto as Tabelas 2 e 5 demonstram os valores deflacionados conforme o IPCA<sup>6</sup> (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) divulgado pelo IBGE.

TABELA 1 – CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO NO MERCADO SEGURADOR

	SEGUROS <sup>7</sup>		PREVIDÊNCIA <sup>8</sup>		CAPITALIZAÇÃO <sup>9</sup>		MERCADO <sup>10</sup>	
1994	12.109.937		475.186		892.448		13.477.571	
1995	14.045.692	16%	1.009.930	113%	2.407.792	170%	17.463.414	30%
1996	15.111.130	8%	1.447.097	43%	5.736.392	138%	22.294.619	28%
1997	18.394.997	22%	2.212.647	53%	4.420.772	-23%	25.028.416	12%
1998	19.395.280	5%	3.289.316	49%	3.553.996	-20%	26.238.592	5%
1999	20.286.956	5%	3.897.596	18%	4.090.174	15%	28.274.726	8%
2000	22.992.932	13%	5.378.329	38%	4.391.491	7%	32.762.752	16%
2001	25.341.338	10%	7.525.028	40%	4.789.563	9%	37.655.929	15%
2002	30.149.261	19%	7.146.211	-5%	5.217.204	9%	42.512.676	13%
2003	37.327.451	24%	7.784.518	9%	6.022.577	15%	51.134.546	20%
2004	45.101.619	21%	8.236.238	6%	6.617.227	10%	59.955.084	17%
2005	50.985.998	13%	7.738.588	-6%	6.910.339	4%	65.634.925	9%

FONTE: Fenaseg.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A comparação referente aos dados dos anos 90 mostra que o mercado não foi afetado significativamente pela crise especulativa ao real.

<sup>6</sup> Série histórica anual apresentada no Anexo

<sup>7</sup> Total dos Prêmios de Seguros.

<sup>8</sup> Total das Contribuições de Previdência Privada.

<sup>9</sup> Total de Receitas com Títulos de Capitalização.

<sup>10</sup> Total do Mercado Segurador: Prêmios de Seguros, Contribuições de Previdência Privada e Receitas com Títulos de Capitalização.

A Tabela 2 apresenta os valores arrecadados em Seguros, Previdência e Capitalização, deflacionados. O índice utilizado com deflator foi o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) anual divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que possibilita compreender o impacto da inflação.

TABELA 2 – CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO (DEFLACIONADO)

	SEGUROS <sup>7</sup>		PREVIDÊNCIA <sup>8</sup>		CAPITALIZAÇÃO <sup>9</sup>		MERCADO <sup>10</sup>	
1994	(98.872.792)		(3.879.704)		(7.286.481)		(110.038.976)	
1995	10.898.052	-111%	783.605	-120%	1.868.206	-126%	13.549.863	-112%
1996	13.666.506	25%	1.308.755	67%	5.187.993	178%	20.163.253	49%
1997	17.434.778	28%	2.097.147	60%	4.190.008	-19%	23.721.933	18%
1998	19.073.318	9%	3.234.713	54%	3.495.000	-17%	25.803.031	9%
1999	18.473.302	-3%	3.549.151	10%	3.724.512	7%	25.746.965	0%
2000	21.620.254	17%	5.057.243	42%	4.129.319	11%	30.806.816	20%
2001	23.397.657	8%	6.947.858	37%	4.422.204	7%	34.767.719	13%
2002	26.371.559	13%	6.250.791	-10%	4.563.488	3%	37.185.838	7%
2003	33.855.998	28%	7.060.558	13%	5.462.477	20%	46.379.033	25%
2004	41.673.896	23%	7.610.284	8%	6.114.318	12%	55.398.498	19%
2005	48.084.895	15%	7.298.262	-4%	6.517.141	7%	61.900.298	12%

FONTE: Fenaseg e IBGE.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A Tabela 3 apresenta a abertura por segmentos, o que possibilita compreender as alterações no perfil do consumidor face às mudanças do período.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO MERCADO SEGURADOR POR GRUPOS

SEGMENTOS/ GRUPOS	1994	1995	1996	1997
AUTOMÓVEL	4.802.675	5.006.766	4.592.940	5.784.103
DPVAT	453.151	488.450	549.137	690.069
HABITACIONAL	483.350	683.150	819.746	925.123
DEMAIS DANOS <sup>11</sup>	2.717.926	2.859.105	2.840.154	3.172.242
SAÚDE	1.817.712	2.152.834	3.018.650	3.975.502
PESSOAS <sup>12</sup>	1.835.123	2.855.387	3.290.503	3.847.958
TOTAL SEGUROS <sup>13</sup>	12.109.937	14.045.692	15.111.130	18.394.997
TOTAL DE PREVIDÊNCIA <sup>14</sup>	475.186	1.009.930	1.447.097	2.212.647
TOTAL DE CAPITALIZAÇÃO <sup>15</sup>	892.448	2.385.962	5.736.392	4.420.772
TOTAL DO MERCADO <sup>16</sup>	13.477.571	17.441.584	22.294.619	25.028.416

<sup>11</sup> Demais Danos, até 1997, estão divididos sob a classificação e nomenclatura: Riscos Diversos + Incêndio + Transporte + Demais. Posteriormente assumem novo formato: Patrimonial + Transportes + Riscos Financeiros + Crédito + Responsabilidades + Cascos + Rural + Riscos Especiais + Outros.

<sup>12</sup> Total do Segmento Pessoas: Vida + Acidentes Pessoais.

<sup>13</sup> Total dos Prêmios de Seguros.

<sup>14</sup> Total das Contribuições de Previdência Privada.

<sup>15</sup> Total de Receitas com Títulos de Capitalização.

<sup>16</sup> Total do Mercado Segurador: Total de Seguros, Previdência Privada e Capitalização.

SEGMENTOS/ GRUPOS	1998	1999	2000	2001
AUTOMÓVEL	6.598.126	6.296.512	7.293.101	7.945.472
DPVAT	763.445	1.047.978	1.209.796	1.280.997
HABITACIONAL	1.069.870	1.009.619	893.294	797.715
DEMAIS DANOS <sup>11</sup>	2.644.677	2.840.881	3.196.194	4.041.799
SAÚDE	4.289.856	4.923.668	5.694.418	6.063.217
PESSOAS <sup>12</sup>	4.029.306	4.168.298	4.706.129	5.212.138
TOTAL SEGUROS <sup>13</sup>	19.395.280	20.286.956	22.992.932	25.341.338
TOTAL DE PREVIDÊNCIA <sup>14</sup>	3.228.689	3.897.596	5.378.329	7.525.028
TOTAL DE CAPITALIZAÇÃO <sup>15</sup>	3.553.996	4.090.174	4.391.491	4.789.563
TOTAL DO MERCADO <sup>16</sup>	26.177.965	28.274.726	32.762.752	37.655.929

SEGMENTOS/ GRUPOS	2002	2003	2004	2005
AUTOMÓVEL	8.202.439	8.940.534	10.530.878	12.124.970
DPVAT	1.418.149	1.469.618	1.590.932	1.952.805
HABITACIONAL	776.634	771.126	758.536	405.811
DEMAIS DANOS <sup>11</sup>	5.181.065	6.337.461	6.937.886	8.068.542
SAÚDE	6.326.594	6.617.610	7.611.541	9.733.731
PESSOAS <sup>12</sup>	8.244.380	13.191.102	17.671.846	18.700.139
TOTAL SEGUROS <sup>13</sup>	30.149.261	37.327.451	45.101.619	50.985.998
TOTAL DE PREVIDÊNCIA <sup>14</sup>	7.147.172	7.812.161	8.003.921	7.738.588
TOTAL DE CAPITALIZAÇÃO <sup>15</sup>	5.217.204	6.022.577	6.601.776	6.910.339
TOTAL DO MERCADO <sup>16</sup>	42.513.637	51.162.189	59.707.316	65.634.925

FONTE: Fenaseg.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A tabela acima evidencia nova mudança no perfil de seguros demandados pela população, os seguros pessoais como saúde, previdência e vida ganham destaque. FARIA (2005), expõe oportunamente o exemplo da África do Sul como um dos países que mais consome seguros no mundo, onde a baixa proteção oferecida pelo governo e o incentivo aos seguros privados, obrigam os empregadores a oferecer planos de saúde e previdência como benefício.

Problemas nos sistemas previdenciários públicos têm se repetido em muitos países, tanto pelo envelhecimento da população, quanto somado a insuficiência no saldo arrecadado ao longo dos anos. No Brasil, a maior demanda nestes ramos de seguro são indícios da insegurança dos indivíduos quanto aos serviços do estado.

A expansão no ramo de saúde de 1995 para 1996 em mais de 70%, deve-se à precariedade do sistema de saúde público. Posteriormente, com a criação da ANS – Agência Nacional de Saúde, em 2000, a regulamentação da prática determinava um mercado exclusivo a este ramo. Assim, muitas empresas, que não eram seguradoras, precisaram se adequar na legislação, bem como efetivar registro na SUSEP.

Além disto, o aumento nas vendas de seguros implica diretamente na elevação das provisões técnicas, apresentadas na Tabela 4, isto é, nas reservas de valores que as seguradoras precisam manter para o caso de pagamentos de sinistros. A provisão precisa suportar possíveis pagamentos para sinistros de seguros, resgates dos planos de previdência e capitalização, além dos sorteios de capitalização. Enquanto a Tabela 5 demonstra tais valores deflacionados, conforme exposto anteriormente.

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO MERCADO SEGURADOR

	SEGUROS <sup>17</sup>		PREVIDÊNCIA <sup>18</sup>		CAPITALIZAÇÃO <sup>19</sup>		MERCADO <sup>20</sup>	
1995	4.796.770		1.937.680		1.789.399		8.523.849	
1996	5.154.243	7%	3.189.769	65%	3.342.556	87%	11.686.568	37%
1997	6.321.776	23%	4.616.406	45%	3.700.600	11%	14.638.782	25%
1998	7.294.706	15%	6.769.011	47%	4.087.049	10%	18.150.766	24%
1999	8.789.891	20%	9.917.372	47%	4.579.035	12%	23.286.298	28%
2000	10.569.238	20%	13.665.447	38%	5.534.615	21%	29.769.300	28%
2001	10.194.149	-4%	20.782.833	52%	6.315.391	14%	37.292.373	25%
2002	14.443.495	42%	26.754.328	29%	7.202.962	14%	48.400.785	30%
2003	23.184.299	61%	34.665.477	30%	8.223.082	14%	66.072.858	37%
2004	35.010.987	51%	42.589.239	23%	9.143.538	11%	86.743.764	31%
2005	49.091.416	40%	48.229.058	13%	10.557.438	15%	107.877.912	24%

FONTE: Fenaseg, Susep, IRB e IBGE.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

TABELA 5 – EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DEFLACIONADO)

	SEGUROS <sup>17</sup>		PREVIDÊNCIA <sup>18</sup>		CAPITALIZAÇÃO <sup>19</sup>		MERCADO <sup>20</sup>	
1995	3.721.814		1.503.446		1.388.395		6.613.654	
1996	4.661.497	25%	2.884.827	92%	3.023.008	118%	10.569.332	60%
1997	5.991.779	29%	4.375.430	52%	3.507.429	16%	13.874.638	31%
1998	7.173.614	20%	6.656.645	52%	4.019.204	15%	17.849.463	29%
1999	8.004.075	12%	9.030.759	36%	4.169.669	4%	21.204.503	19%
2000	9.938.254	24%	12.849.620	42%	5.204.198	25%	27.992.073	32%
2001	9.412.258	-5%	19.188.790	49%	5.831.001	12%	34.432.048	23%
2002	12.633.725	34%	23.402.011	22%	6.300.431	8%	42.336.167	23%
2003	21.028.159	66%	31.441.588	34%	7.458.335	18%	59.928.082	42%
2004	32.350.152	54%	39.352.457	25%	8.448.629	13%	80.151.238	34%
2005	46.298.114	43%	45.484.825	16%	9.956.720	18%	101.739.659	27%

FONTE: Fenaseg, Susep, IRB e IBGE.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

<sup>17</sup> Total de reserva provisionada para Indenizações de Seguros.

<sup>18</sup> Total de reserva provisionada para resgates de Previdência Privada.

<sup>19</sup> Total de reserva provisionada para resgates e sorteios de Títulos de Capitalização.

<sup>20</sup> Total das reservas provisionadas pelo Mercado Segurador: Seguros, Previdência e Capitalização.

Ao comparar os seguros com os planos de previdência e capitalização, pode-se o seguro tem um prazo de vigência menor, portanto previdência e capitalização são contratos de longo prazo. Ao passo que a população envelhece, as possibilidades de resgates aumentam, de forma que as provisões técnicas precisam acompanhar a devida proporção.

Ou seja, as Tabela 1, 2 e 3 demonstram o aumento na demanda de seguros enquanto a Tabela 4 e 5 apresentam as provisões de reservas feitas pelas seguradoras. A SUSEP define regras quanto aos percentuais de reserva que devem ser mantidos pelas seguradoras, em conjunto com outras receitas e custos, se determina uma margem de solvência, isto é, existe fiscalização para garantir que as companhias cumpram com seus compromissos e não quebrem.

Particularmente, se confrontarmos os dados de previdência, se percebe a ascendente evolução das contribuições contra as provisões técnicas. Outro fator a se considerar é justamente o envelhecimento da população.

Neste intervalo de tempo, os valores provisionados funcionam como formador de poupança interna através de investimentos realizados pelas companhias, na sua maioria investimentos financeiros.

O II Plano Setorial da Indústria de Seguros, publicado em 2004, revisa o plano anterior fixando novas diretrizes para acompanhar a modernidade da globalização.

Depois do crescimento dos anos 90, fundamentalmente em termos de quantidade de vendas, a década atual é marcada pelo acompanhamento de resultados e identificação de pontos passíveis de ação. Tornando-se prática primordial da atividade, principalmente com o claro objetivo de obter lucros, visto que os saltos de crescimento com vendas reduziram.

Vislumbra-se o enfoque em três pontos chaves: canais de vendas, redução de sinistralidade e controle de custos. Relevante exploração por canais de comercialização alternativos, como a internet e produtos vinculados a serviços de bancos ou empresas. Redução da sinistralidade através da melhor avaliação e aceitação de riscos, programas de prevenção a fraudes. Constante busca de aperfeiçoamento em serviços de um modo geral, seja aprendizado, técnico, tecnológico, tudo o que possa trazer melhoria de procedimentos, processos, implicando em redução de custos e, novamente, avaliação de riscos.

De acordo com as conclusões de FARIA (2005), a demanda por seguros é mais do que proporcional ao aumento da renda pessoal, em função da incerteza dos agentes que buscam segurança. Porém, os avanços do mercado segurador, no passado recente, estão diretamente ligados ao aquecimento da economia servindo, parâmetro para o futuro. Ou seja, o crescimento da economia e a inflação controlada, continuam como forte influência.

A evolução do mercado de seguros demonstra uma relação de mão dupla com o desenvolvimento econômico, é diretamente impactado pela economia do país e, por outro lado é um viés de desenvolvimento quando gera investimentos e equilíbrio financeiro para os envolvidos, necessitando ainda, de um amplo mercado de trabalho para atendê-lo: corretores, oficinas, tecnologia específica, rastreadores de veículo, despachantes, vendedores de salvados, escritórios de advocacia especializada.

De acordo com pesquisa realizada pela Moody's Invertors Service neste ano, o mercado está composto por 115 companhias de segurados gerais, vida e previdência, 15 empresas de capitalização e mais de 70.000 corretores de seguros.



## 4 TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Os fundamentos que explicam o surgimento do mercado segurador estão nos princípios do mutualismo e perpetuam até hoje. A população cada vez mais sente o ambiente de imprevistos, incertezas e constantes mudanças, buscando no seguro justamente: segurança quanto ao futuro e estabilidade financeira. Mas assim, como a própria história da humanidade, o mercado segurador brasileiro evolui num contexto econômico: globalizado e capitalista.

O contexto econômico, globalizado e capitalista da economia mundial, somado a busca constante da população por segurança quanto ao futuro, confere ao mercado segurador brasileiro as principais tendências para os próximos anos. De acordo com os estudos e publicações mensais, de revistas da área (REVISTA APÓLICE e REVISTA COBERTURA MERCADO DE SEGUROS, 2006), se nota quatro assuntos que estão constantemente em pauta durante o ano:

- Abertura do mercado ressegurador;
- Aumento da demanda por previdência privada;
- Maior diversificação na oferta de seguros;
- Avanço tecnológico nas operações do mercado de seguros.

### 4.1 GARGALO DO CRESCIMENTO DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

A partir do momento que as práticas mutualísticas cresciam, surgiu a necessidade do estado interferir. Conforme a evolução histórica apresentada sobre o mercado segurador nacional, o estado muitas vezes ditou as regras, funcionando como fiscalizador, regulador, legislador até consolidar a estrutura atual dos órgãos que regem este mercado.

No entanto, ainda há uma última barreira a ser quebrada, o monopólio ressegurador brasileiro: IRB-Brasil Re (Instituto Ressegurador Brasileiro). Atualmente é considerado o grande entrave, a principal barreira para o crescimento do setor, referenciado por muitos como último gargalo de crescimento para o setor. A denominação vem do fato de ser o último monopólio estatal de resseguros do mundo, da própria conjuntura econômica do país que eliminou suas estruturas

monopolísticas nos anos 90 e, principalmente pela situação atual do mercado segurador que já trabalha numa estrutura de economia aberta.

Conforme definição, o resseguro é o seguro da seguradora. Contudo, ao contrário do que acontece com o segurado, que pode escolher sua seguradora, a seguradora tem uma única opção no Brasil.

A globalização dos mercados mundiais, com quebra de barreiras, principalmente geográficas incentiva a abertura do mercado ressegurador no país. O próprio IRB afirma que o resseguro é uma operação mundial pela sua natureza.

As discussões sobre o tema iniciaram com o clima de globalização financeira instaurado no começo dos anos 90. Em 1996 despontam reais possibilidades com projeto de lei prevendo o fim do monopólio. No entanto o assunto estende-se desde então.

As discussões precursoras do assunto abrangiam desde a quebra do monopólio, abertura do mercado até a privatização da estatal. Contudo, iminência atual é abertura do mercado para uma estrutura competitiva.

O primeiro passo foi à transformação do IRB em sociedade anônima com participações por ações entre o estado e seguradoras do mercado, e sua inclusão no Programa de Desestatização em 1997. O governo de Fernando Henrique Cardoso realizou três tentativas privatizações até 2000, mas foram suspensas por medidas liminares que contestavam a constitucionalidade dos procedimentos adotados. De um modo geral, isto é resultado de opiniões divergentes entre autoridades, tanto do país como do mercado. Segundo a reportagem “A guerra pelo comando do IRB” (REVISTA ISTO É DINHEIRO<sup>21</sup>, fev. 2005), as discussões são tão acirradas que houve pressão do FMI para abertura do mercado em 2004. No começo de 2005, Antônio Palocci declarou aos jornais que o monopólio seria quebrado, o mercado aberto e aceitaria conversar sobre privatização. Fato que culminou no pedido de demissão, do até então presidente do IRB, Lídio Duarte. Contra a privatização, defendeu a solidez e rentabilidade da instituição, destacando os bons resultados em 2004, lucro líquido de R\$ 450 milhões.

---

<sup>21</sup> A GUERRA PELO COMANDO DO IRB. *Revista Isto é Dinheiro*, 16 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro/388/economia/irb.htm>>. Acesso em: 20 out. 2006.

Desde 1997, de acordo o estatuto, o estado detém 50% em ações ordinárias e o mercado 50% em ações preferências. A Bradesco vem aumentando sua participação nas ações do mercado desde 2000, e já possui 42% das mesmas, que representa 22% do total. O peso das seguradoras nas ações do IRB também divide as opiniões das mesmas quanto aos assuntos privatização e abertura de mercado, e a ordem que deveriam ocorrer. Enquanto grandes empresas apóiam que a abertura do mercado venha primeiro para enfraquecer a posição da Bradesco, a mesma tem interesse que a privatização venha primeiro para vender suas ações por um bom preço (REVISTA ISTO É DINHEIRO<sup>21</sup>, fev. 2005).

Os escândalos de corrupção em 2005 que também envolveram o IRB, esquentou as discussões sobre o futuro da resseguradora. Por um lado, muitos políticos enxergaram na privatização a possibilidade de eliminar o problema pela raiz, por outro as dúvidas quanto ao destino das operações de resseguros ligadas a áreas governamentais como crédito agrícola e exportações, somado a forte resistência dos políticos contrários, principalmente os políticos do Partido dos Trabalhadores (FOLHA DE SÃO PAULO<sup>22</sup>, jun. 2005).

Tais fatos induziram algumas mudanças recentes na resseguradora nacional. Nova diretoria assume em junho de 2005 com medidas inovadoras. Dentre elas, a mais comentada demonstra uma abertura parcial do mercado. Até então, o IRB escolhia a resseguradora e o corretor no exterior que desejasse redistribuir o risco, a nova política permite que os demandantes de resseguro façam cotações e opinem, aceitando ou não a indicação (FOLHA DE SÃO PAULO<sup>23</sup>, out. 2005)..

Se comparado aos anos 90, é nítido que a abertura deste mercado tem enfrentado muita resistência. Pois processos de desestatização, privatização e quebra de monopólio em áreas extremamente estratégicas do país como energia elétrica e telecomunicações foram mais fáceis.

Vale lembrar que as tentativas de privatização vieram no governo Fernando Henrique Cardoso, enquanto os principais opositores do período foram os políticos dos Partidos Trabalhadores. Assim sendo, e como gestores do atual

---

<sup>22</sup> DESDE 2004, GOVERNO CONHECIA SUSPEITAS SOBRE O IRB. *Folha de São Paulo*, 3 jun. 2005. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=197539>>. Acesso em: 20 out. 2006.

governo, mantém o IRB sob controle estatal, mas dá continuidade a liberação do setor à concorrência (REVISTA ISTO É DINHEIRO<sup>24</sup>, fev. 2006).

A abertura do mercado está próxima de acontecer devido Projeto de Lei 249/2005. A tramitação tem status prioritário e a votação no Congresso Nacional deve ocorrer no final do ano, ou no começo de 2007. O clima é de confiança, tanto para que a votação aconteça, como pela aprovação da lei. Em função do prazo para regulamentação, acredita que a abertura será efetivada entre o segundo semestre de 2007 e o começo de 2008.

A lei que entrará em vigor estabelece as novas regras do mercado, bem como prazos para que o processo de abertura seja gradual e o menos traumático possível. Nos primeiros dois anos, 60% dos negócios são reservados a resseguradora local, caindo para 40% posteriormente e a condição de mercado totalmente livre virá após quatro anos. De encontro com as reformas estruturais dos anos 90, o país como um todo precisa se adaptar nas diversas extensões, política, jurídica, financeira e econômica.

Define também, que as atribuições de regulador e fiscalizador do mercado ressegurador serão repassadas para SUSEP, uma vez que não é constitucional se auto-regular. Neste sentido, a SUSEP estuda a administração da atividade em outros países como preparativo.

O IRB-Brasil Resseguros S.A. será caracterizado com ressegurador local por ter sede no país e constituído sob forma de sociedade anônima. Outros dois tipos de resseguradoras estrangeiras serão qualificadas a operar no mercado brasileiro, desde que cadastrados no órgão fiscalizador brasileiro:

- Ressegurador admitido sediado no exterior, mas mantém escritório de representação no país;
- Ressegurador eventual sediado no exterior, possuindo ou não escritórios de representação no país.

A expectativa é que o IRB seja o único ressegurador local nos primeiros cinco anos e que as estrangeiras operem como ressegurador admitido neste período

---

<sup>23</sup> ABERTURA DEVE REDUZIR O PREÇO DOS SEGUROS. *Folha de São Paulo*, 23 out. 2005. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=228165>>. Acesso em: 20 out. 2006.

<sup>24</sup> LARGADA PARA O RESSEGURO. *Revista Isto é Dinheiro*, 22 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro/440/financas/resseguro.htm>>. Acesso em: 20 out. 2006.

acompanhando a evolução do processo de abertura comercial para depois analisar as possibilidades de fixar sedes locais.

Os resultados obtidos com as reformas de setores estratégicos do governo, citados acima, animam as perspectivas para o resseguro. O ambiente se torna mais competitivo impulsionando a busca de melhorias e diferenças, como a criação de novos produtos, aperfeiçoamento de serviços, redução de custos. O ponto central gira em torno de que o consumidor será beneficiado.

Assim como as idéias defendidas na década anterior, o IRB-Brasil RE está consciente que precisa estar preparado para as futuras mudanças. Com a abertura do mercado de resseguros nacional, perderá característica de monopólio entrando para um mercado competitivo. Participará do mercado mundial concorrendo com empresas estrangeiras. Além de abandonar o papel de instituição reguladora do mercado, passando a empresa participante do mesmo.

Orlando Fleury da Rocha, autoridade no assunto, ressalta que muitas medidas visando o fortalecimento do IRB-Brasil Re já foram tomadas, como reestruturações internas e aperfeiçoamento técnico. Atualmente está entre as 50 maiores resseguradoras do mundo, somado a preparação vem fazendo, terá plenas condições para reter boa parte do mercado nacional e ainda ser um concorrente mundial de peso e, até mesmo líder internacional em algumas áreas.

No entanto, o mercado admite de um modo geral, que assim como todo processo de transição haverá riscos e oportunidades. Os riscos acentuam-se para empresas de porte menor, como as corretoras. Mesmo que indiretamente envolvidas com a abertura do segmento de resseguros, podem ser enfraquecidas. Portanto é necessário que os agentes criem mecanismos de adequação, além de buscar conhecimento e especialização na área. Caso contrário, os despreparados correm o risco de ser englobados, enquanto as mais aptas se fortalecerão.

O Chile e a Argentina passaram pela mesma situação e apresentaram alto índice de incorporação de empresas nacionais de pequeno porte por multinacionais. Por outro ângulo, Orlando Fleury da Rocha comenta que estes países não estudaram e nem se preparam como o Brasil e, mesmo assim, a resseguradora estatal monopolista do Chile conseguiu reter 30% dos negócios.

Desde a aprovação do projeto de lei e enquanto não é votado, empresas internacionais retomam iniciativas de montar ou ampliar sedes no Brasil ocorridas

em 1997, mas desestimuladas pela morosidade dos acontecimentos. O movimento atual é encabeçado pelas maiores do mundo: Munich Re e Swiss Re. Outra onda crescente é a formação de parcerias entre resseguradoras multinacionais e seguradoras nacionais (ISTO É DINHEIRO<sup>24</sup>, fev. 2006).

As conclusões de Orlando Fleury da Rocha recaem sobre a grande capacidade do IRB diante de mudanças. A criação do órgão modificou a história do mercado de seguros, promoveu crescimento, protegeu a indústria brasileira de flutuações de preços, restabeleceu a imagem negativa de períodos nebulosos conferindo solidez e rentabilidade. Portanto acredita novamente na habilidade de adaptação ao meio com expectativas extremamente positivas.

## 4.2 DEMAIS TENDÊNCIAS

O mercado ainda está aprofundando suas operações em modernização tecnológica. Bem como, diante da modernidade dos novos tempos surgem novas e peculiares demandas por seguro. Outro lado de crescente demanda aparece com os problemas do sistema previdenciário público, promovendo maior procura por planos de saúde, previdência e capitalização.

### 4.2.1 Aumento na Demanda por Previdência Privada

O papel do estado é novamente o ator principal deste tópico. A instabilidade do sistema previdenciário público e a incerteza do estado garantir a tranquilidade futura dos seus cidadãos, fomentam a procura de planos de previdência privada.

A reforma da previdência social tem sido muito discutida no Brasil. As intenções iniciais apontam uma regulação independente da previdência social e por novo corpo normativo. O setor privado de seguros deve ser fortemente beneficiado com o aumento da demanda por planos de previdência (FENASEG, 2006).

O assunto adquiriu tamanha relevância no setor, que o HSBC promoveu em 2005 a maior pesquisa mundial sobre o tema, abrangendo vinte países, nos cinco continentes. A pesquisa revela que o mundo inteiro já desacredita que o Estado, isoladamente, possa assegurar a subsistência da população a velhice e que, os indivíduos, cada vez mais, querem exercer alguma atividade durante sua

aposentadoria. No Brasil, se ressalta que o governo tem outras prioridades, como o combate à fome e a miséria e, portanto, uma reforma será bem vinda. A pesquisa foi divulgada no Brasil este ano (REVISTA APÓLICE, mai. 2006, p. 20-21).

#### 4.2.2 Maior Diversificação na Oferta de Seguros

Conforme apresentado no Capítulo 3, a quantidade de produtos ofertados praticamente dobrou em dez anos. Os princípios do mutualismo, a insegurança e incerteza, somadas com a violência caracterizam os dias atuais impulsionando a criação de novos produtos de seguro. Diversificação que deve ser reforçado com a abertura do mercado ressegurador.

Um bom exemplo disto, foi à emissão da primeira apólice de seguro contra trauma na Itália. Um torcedor inglês fez um seguro contra traumas psicológicos que pudessem ocorrer se a seleção italiana fosse eliminada precocemente da Copa do Mundo (REVISTA COBERTURA MERCADO DE SEGUROS, mai. 2006, p. 51).

#### 4.2.3 Avanço Tecnológico

De fato, os investimentos em tecnologia e comunicação, especialmente em computadores e internet, modernizaram a operação de seguros e viabilizaram o comércio eletrônico securitário recentemente. No entanto, as revistas e reportagem sobre seguros evidenciam a preocupação que desponta para os próximos anos: promover vendas seguras de um produto tão abstrato pela internet, mobilidade e agilidade dos profissionais e das operações na área, principalmente nos serviços externos, além da crescente tecnologia na detecção de fraude (REVISTA APÓLICE, jul. 2006, p. 6-15).

## CONCLUSÃO

O presente estudo indica a evolução do mercado de seguros dentro dos princípios mutualísticos e seu maior período de expansão impulsionado pelo cenário surgido após implantação do plano Real.

Ao longo da história do mercado de seguros é notável que a essência do mutualismo continua presente. Os pequenos grupos locais buscavam amparo e estabilidade o que acontece até hoje, mas dentro de um contexto capitalista e globalizado.

A população percebe de forma crescente que é possível planejar e se prevenir do futuro. As empresas sentem mais segurança em realizar grandes investimentos com riscos minimizados, mais do que o homem construindo, é o seguro possibilitando tais realizações.

Através da evolução histórica econômica da humanidade é possível construir a história do mercado segurador. Ao passo que a indústria de seguro adquire organização e toma amplitude de mercado econômico, a interferência reguladora do Estado mostra-se fundamental em toda sua evolução. Nem sempre de forma positiva, mas sem dúvida, marcante. Assim sendo, resta evidente que a amplitude de efeitos das ações do Estado, muitas vezes também refletiram indiretamente neste mercado, conferindo características que permanecem até hoje.

Neste mesmo sentido, se comprova a importância das mudanças na economia dos 90 para o mercado segurador, além de ser um impulso ao crescimento deste mercado, plantou os pilares das principais tendências atuais. As reformas ocorridas com a implantação do plano Real, abertura comercial e privatizações, trouxeram a globalização financeira, que promoveu aumento da competitividade nacional e internacional, modernização das operações. Além de ter novamente o papel do Estado como ator principal, não apenas pelas medidas adotadas, mas pelas funções que exerce em áreas de bem estar social, como assistência à saúde e previdência. As pessoas demonstram insegurança quanto a capacidade do Estado em desempenhar tais funções e demandam seguros privados como forma de se precaver do futuro, dando maior importância também ao ato de poupar, isto é, planos de capitalização.



O impulso iniciado neste período ainda está incompleto no mercado segurador, e caracteriza a principal tendência para o futuro: abertura do mercado nacional de resseguros, ou seja, inserção num mercado mundial mutualista. Em outras palavras, o seguro tem abrangência local, enquanto o resseguro, em função da sua escala pode amenizar os impactos entre países proporcionando equilíbrio.

Além disto, despontam outras tendências como a maior procura da população por planos de previdência, capitalização e saúde, bem como, novas e peculiares demandas por seguro e a contínua modernização tecnológica.

Portanto o mercado segurador é uma via de duas mãos, sendo diretamente impactado pela economia do país e, por outro lado é um viés de desenvolvimento quando gera equilíbrio financeiro para os envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A indiscutível leveza do neoliberalismo no Brasil: uma avaliação econômica e política da era neoliberal. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/010/10almeida.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2006.

AMADOR, Paulo. A Atividade Seguradora no Brasil. Disponível em: <<http://www.fenaseg.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2005.

ANDREZO, Andréa Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

BACEN. Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 10 mai. 2006.

BETHENCOURT, Francisco. Apólice Portuguesa emitida em 1770. Disponível em: <[http://www.apseguradores.pt/boletim/ONLINE104\\_OUTUBRO\\_2002/EGIDE.htm](http://www.apseguradores.pt/boletim/ONLINE104_OUTUBRO_2002/EGIDE.htm)>. Acesso em: 15 de out. 2006.

BOTELHO, Antônio José Junqueira. Globalização, regulação e neonacionalismo: uma análise das agências reguladoras. Curitiba: Revista de Sociologia e Política UFPR, 2002.

BOTTALO, Eduardo Domingos. O mercado de seguros no Brasil. São Paulo: Sindicato dos Corretores de Seguros, 1981.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reformas Econômicas em tempos anormais. Revista USP: Dossiê sobre Liberalismo e Neoliberalismo, São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 114-121, 1994.

CAVALEIRO NETO, Hermínio Mendes. A ilegalidade da negativa do atendimento de sinistro baseada no questionário de avaliação de riscos, no contrato seguro de automóvel. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5278>>. Acesso em: 15 out. 2006.

CONTADOR, Cláudio R.; FERRAZ, Clarisse B.; AZEVEDO, Gustavo H. W. de. Mercado de seguros, crescimento econômico e Inflação: uma análise internacional. Rio de Janeiro: Centro de Estudo e Pesquisas em Seguros, 1998.

DAIBRE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. Revista USP: Dossiê sobre Liberalismo e Neoliberalismo, São Paulo, Universidade de São Paulo, p. 86-101, 1994.

FARIA, Lauro Vieira de. Perspectivas do Mercado de Seguros. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Risco e Seguro, 2005.

FENASEG. História do Seguro. Disponível em: <<http://www.fenaseg.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

FENASEG. Informe Fenaseg: 2004 - 2005. Rio de Janeiro: Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, 2005.

\_\_\_\_\_. Informe Fenaseg: Outubro 1999. Rio de Janeiro: Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, 1999.

FIGUEIREDO, Sandra. Contabilidade de Seguros. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

FUNENSEG. Dicionário de Seguros. Disponível em: <<http://www.funenseg.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

GALIZA, Francisco. Economia e Seguro: uma introdução. Rio de Janeiro: Funenseg, 1997.

GRANEIRO, Walter J. B.; MOURA, José Tupy Caldas de. Em busca da nova ordem financeira: uma contribuição às reformas dos sistemas financeiros e de seguros no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992.

HSBC SEGUROS. Teoria Geral de Seguros. Curitiba, 2005.

IRB. Revista do IRB-Brasil Re: Abertura de Mercado Brasileiro de Resseguro (Artigo Técnico). Disponível em: <[http://www2.irb-brasilre.com.br/documentos/internet\\_irb/revista/301/pages/index.cfm?fuseaction=abertura\\_mercado](http://www2.irb-brasilre.com.br/documentos/internet_irb/revista/301/pages/index.cfm?fuseaction=abertura_mercado)>. Acesso em: 20 set. 2006.

\_\_\_\_\_. Revista de IRB-Brasil Re: Entrevista – Mercado aberto para resseguros (Orlando Fleury). Disponível em: <[http://www2.irb-brasilre.com.br/documentos/internet\\_irb/revista/301/pages/index.cfm?fuseaction=entrevista](http://www2.irb-brasilre.com.br/documentos/internet_irb/revista/301/pages/index.cfm?fuseaction=entrevista)>. Acesso em: 20 set. 2006.

MARTINS, Joao Marcos Brito. Aspectos da Lei Antitruste – Lei 8.884, 11 de junho de 1994 – A Determinação do Mercado Relevante em Seguros. Disponível em: <[http://www.estacio.br/graduacao/cienciasatuarias/artigos/j\\_martins2A.asp](http://www.estacio.br/graduacao/cienciasatuarias/artigos/j_martins2A.asp)>. Acesso em: 05 jul. 2005.

OLIVEIRA, Gesner. Brasil Real: Desafios da pós-estabilização na virada do milênio. São Paulo: Editora Mandarim, 1996.

PREVIDÊNCIA. Revista Apólice, São Paulo, n. 95, p. 20-21, mai. 2006.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo, Editora Best Seller, 2004.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO. A nova fase da privatização. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/fase1.htm](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/fase1.htm)>. Acesso em 02 nov. 2006.

**SEGURO NO MUNDO. Revista Cobertura Mercado de Seguros, São Paulo, n. 54, p. 51, mai. 2006.**

**SUSEP. Anuário Estatístico da SUSEP. Rio de Janeiro, 1997.**

**TECNOLOGIA: AVANÇOS QUE AGILIZAM PROCESSOS E MELHORAM a COMUNICAÇÃO ENTRE CORRETORES E SEGURADORAS. Revista Apólice, São Paulo, n. 97, p. 6-15, jul. 2006.**

**WESTENBERGER, Roberto; PEREIRA, Fernanda Chaves. Previdência Social no Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Estudo e Pesquisas em Seguros, 1998.**

## ANEXO

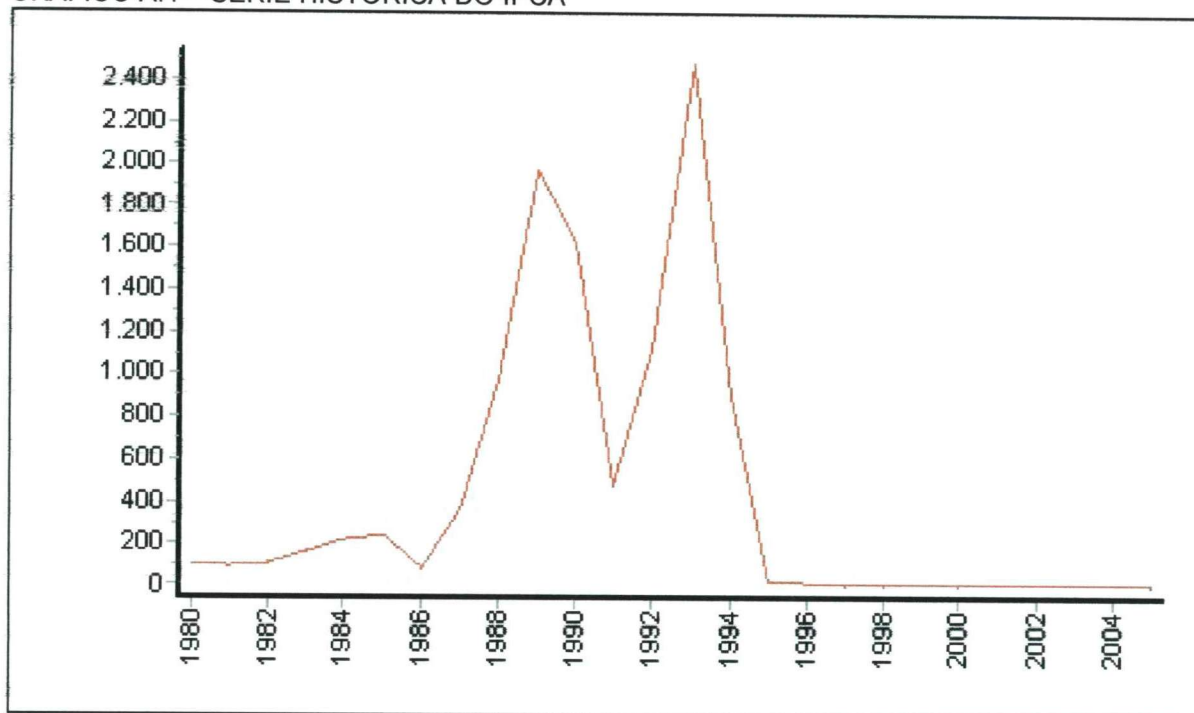
TABELA A.1 – SÉRIE HISTÓRICA DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLIADO (ANO)

PERÍODO	INFLAÇÃO: IPCA (%)
1994	916,46
1995	22,41
1996	9,56
1997	5,22
1998	1,66
1999	8,94
2000	5,97
2001	7,67
2002	12,53
2003	9,3
2004	7,6
2005	5,69

FONTE: IBGE.

NOTA: Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2006.

GRÁFICO A.1 – SÉRIE HISTÓRICA DO IPCA



FONTE: IPEA.

NOTA: Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2006.